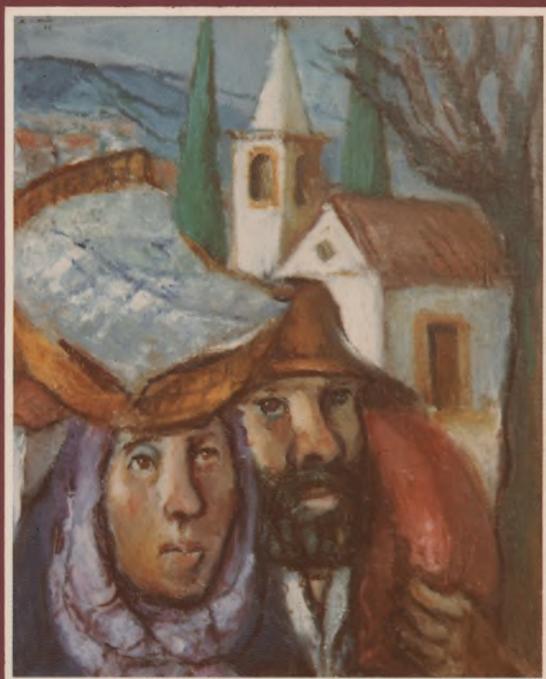


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 16

DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1994

OS CAMINHOS DA UNIDADE DEMOCRÁTICA CONTRA O ESTADO NOVO

*À minha irmã e ao meu cunhado José Dias Coelho, assassinado
pela PIDE*

A maior complexidade do relacionamento entre as forças políticas em Portugal após a 2ª Grande Guerra — comparativamente a alguma linearidade predominante nos anos que de perto a precederam — coloca à análise histórica problemas novos que julgo deverem motivar uma abordagem específica e sistemática. Tal não aconteceu nos numerosos balanços a propósito do recente 20º aniversário do 25 de Abril, com a agravante de, por deficiente informação ou ainda fortes preconceitos, quando o assunto foi tocado não raro se ter assistido a deturpações de factos e interpretações tendenciosas. Além de que a rejeição arrogante da "Velha Oposição", por alguns, não só não favoreceu o interesse pelo aprofundamento da reflexão em tomo de uma rica experiência histórica, como colocou em termos dicotómicos e empobrecedores a luta política que se desenvolveu antes de 1974. Propiciava-se, desta maneira, a visão redutora de um estreito encadeamento de causas e efeitos singulares, simplificava-se um processo tão complexo como o do entrecruzamento das diferentes linhas do Poder no Estado Novo com as também diferentes orientações e práticas das forças que se lhe opuseram, perdia-se a noção de conjunto que permite distinguir ritmos e dinâmicas fundamentais.

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

As breves reflexões que me proponho agora — sem prejuízo de maior desenvolvimento futuro — não pretendem ser uma análise geral deste período, mas, sobretudo, partir de experiências pessoais e de factos que directamente ou de muito próximo me tocaram desde o fim da guerra ao 25 de Abril para traçar algumas linhas de força que julgo terem marcado então o comportamento das oposições democráticas contra o Estado Novo^(a).

Neste processo, são reconhecíveis 5 fases, suficientemente diferenciadas: das esperanças do pós-guerra à "guerra fria"; daí, ao I Congresso Republicano; deste, a 1961; depois, a 1968; e, finalmente, ao 25 de Abril. Procuraremos mostrar como cada uma delas é dominada por diferentes estratégias e objectivos políticos, tanto devido ao jogo interno das forças em presença na sua relação com as dinâmicas sociais, como aos condicionalismos extemos, em geral fortemente influentes.

1. O impulso do pós-guerra

As condições externas do pós-guerra, aparentemente favoráveis ao fim dos regimes autoritários em Portugal e Espanha, desencadearam um novo impulso da Oposição em várias direcções. Multiplicaram-se os contactos com as embaixadas, em especial da Grã-Bretanha, para que fossem exercidas pressões diplomáticas sobre Salazar. Também se faziam diligências a partir do Instituto Britânico, com base em democratas portugueses que o dirigiam⁽²⁾. Embora se admitisse que o Governo poderia tomar medidas no sentido de alguma maior abertura, não havia, em geral, porém, grandes esperanças sobre a profundidade das transformações que seriam introduzidas no regime. O que a Oposição pretendia, acima de tudo, era que lhe fosse dado maior espaço legal.

0 As questões da unidade democrática, mais do que as afirmações e os confrontos partidários, foram preocupação dominante desde que iniciei a actividade política contra o Estado Novo, em 1947. É assim o presente escrito, nesta perspectiva, de certo modo a análise de um historiador sobre a sua própria experiência pessoal

(2) Tais contactos desenvolviam-se na linha que tradicionalmente os círculos políticos portugueses mantinham com o seu poderoso e influente velho aliado. Não havia ainda a consciência de que os Estados Unidos emergiam como a potência dominante no sistema mundial saído da guerra.

Ao mesmo tempo, mas desenvolvendo-se com predominante espontaneidade, gigantescas manifestações populares em várias cidades, e particularmente em Lisboa (8 de Maio de 1945), davam um importante reforço a essas pretensões democráticas, pois assinalavam significativamente não apenas o termo da guerra, mas a extinção do nazi-fascismo.

Foram então visíveis as hesitações de Salazar, mas por breve tempo. A sua autoridade nos círculos políticos do regime permitia-lhe, sem dificuldade, fazer avanços e recuos, em simulações controladas que pareciam ir ao encontro da vaga de fundo democrática da Europa que se transmitia a Portugal. Assim, logo em 18 de Maio reconhece que a guerra fora "conduzida pelas potências aliadas sob a bandeira da democracia e do anti-nazismo". A seguir, em Agosto, anuncia a dissolução da Assembleia Nacional e a realização de "eleições tão livres como na livre Inglaterra". E, em Setembro, revê o processo de eleição para a Assembleia, abolindo a lista única num único círculo eleitoral.

Pelas repercussões que 2 ou 3 anos depois ainda detectámos, não julgamos que tais medidas tenham lançado grandes ilusões na Oposição sobre a vontade de o regime se reformar por iniciativa própria. Mas haviam-se criado algumas ilusões, sim, sobre a derrota de Hitler poder significar automaticamente a derrota de Salazar e, em especial, sobre o efeito da intervenção dos aliados na política interna portuguesa. Para estes, ou o regime seria "forçado" a democratizar-se ou, de qualquer modo, as suas aberturas, mesmo escassas, dariam margem para as forças democráticas se baterem no plano legal, desencadeando um processo que levaria, a médio prazo, a uma eventual vitória eleitoral. Ao passo que, para outros (sobretudo PCP e seus aliados), o aproveitamento do maior espaço de acção política serviria, sobretudo, para permitir uma intervenção popular mais ampla, não reduzida esta à simples aclamação de qualquer poder que viesse a estabelecer-se. Começavam a desenhar-se conceitos diferentes que estariam presentes até ao 25 de Abril. Em qualquer dos casos, tais perspectivas de abertura iriam ter três consequências importantes: por um lado, desmobilizam no curto prazo tentativas de golpe militar (não avança o "putsch" projectado para Agosto de 1945); por outro, lançam — como sempre acontece nestas circunstâncias — uma dinâmica de intervenção política que se estende pelo País, mesmo além das grandes cidades⁽³⁾; por outro,

⁽³⁾ Então no Algarve, tive ocasião de aperceber-me dessa onda alargada ao Sul, envolvendo não apenas os restritos círculos políticos, mas, sobretudo

ainda, desenvolve uma movimentação popular e política com tal amplitude que exerce uma forte pressão sobre o regime e também sobre as cúpulas oposicionistas⁽⁴⁾.

Estes amplos movimentos de fundo político, meio organizados, meio espontâneos exercem ainda uma dupla influência. De uma parte, reforçam o sentido da unidade das forças oposicionistas, na sequência do MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista) criado em 1943 com a convergência do PCP, de membros do antigo Partido Socialista e dos partidos da República, de anarquistas, da "Seara Nova" e da Maçonaria. Além disso, criam condições mais favoráveis para uma intervenção política regular e legal da oposição democrática. É assim que na reunião pública autorizada no Centro Republicano Almirante Reis, em 8 de Outubro de 1945, é criado o MUD (Movimento de Unidade Democrática), apoiado no clandestino MUNAF, como força legal representativa de toda a Oposição. Dará origem a uma das mais vastas, organizadas e vigorosas explosões cívicas que o nosso país conheceu sob o Estado Novo. Entre outras exigências, punha a da regularidade das próximas eleições.

As promessas do Governo sobre o acto eleitoral, porém, estão longe de ser cumpridas, pelo que a Oposição recomenda a abstenção, só a União Nacional tendo eleito deputados em 17 de Novembro de 1945.

Entra-se de novo numa fase de progressivo endurecimento político: os signatários das listas de adesão ao MUD (listas que se haviam promovido com vista a forçar a sua legalidade) são perseguidos, demitidos de funções públicas. Pressiona-se ainda no sentido dessa legalidade com a eleição, na sessão pública de 30 de Novembro de 1946, dos órgãos dirigentes do Movimento. A perda das esperanças iniciais e a repressão aumentam, porém, as dificuldades da sua intervenção, provocando um retrocesso da actividade. O Governo tolera-o, reconhecendo não haver condições externas favoráveis para lhe vibrar o golpe final. Também internamente, a situação social estava longe de se encontrar pacificada: por influência do PCP, desencadeou-se em 1947

por estímulo do PCP, os operários conserveiros e corticeiros, os pescadores, os jovens e as camadas médias e intelectuais.

(4) Além das referidas manifestações populares em Maio de 1945, outras, também de grandes dimensões, mas mais organizadas e explicitamente políticas, ocorreram em Lisboa e Porto em 5 de Outubro seguinte, comemorando a República e exigindo o fim do Estado Novo.

intensa agitação operária na Margem Sul e no Ribatejo, como expressão das tensões que se tinham agravado.

Já a partir dos começos de 1946, frustradas as esperanças na democraticidade das eleições do final do ano anterior e esgotada a experiência do MUD, a Oposição retoma a tática da conspiração nas Forças Armadas. Aproveitando o mal estar que nelas grassava contra a ditadura pessoal de Salazar e o sistema corporativo, pareciam criadas as condições para um golpe militar vitorioso. Era muito amplo o leque de sensibilidades políticas que se procurava que intervissem. Pode dizer-se que, então, foi no seio das Forças Armadas que se formou a mais ampla unidade contra Salazar: estavam envolvidos oficiais de altas patentes dentro do próprio regime, favoráveis aos aliados e em ligação com estes, militares republicanos e promotores do 28 de Maio, o próprio Presidente da República, Carmona, que não só não desconhecia como até parecia encorajar estas conspirações. Além de que a Junta Militar de Libertação Nacional, constituída em Junho de 1946, sob a presidência do almirante Mendes Cabeçadas, mantinha contactos com os sectores da oposição civil, incluindo os mais radicais.

Em rigor, pois, não se tratava de uma mera repetição da tática "putschista" dos anos 30, a partir de grupos isolados de militares, mas de uma tentativa de traduzir, no plano da iniciativa militar, a ampla unidade oposicionista popular e política que se afirmara no pós-guerra, na linha insurreccional já defendida pelo MUNAF, em 1944, que para isso reforçara a sua ligação com os militares. Era nesse sentido significativo, pois, que, frequentemente, a conspiração militar se auto-designasse como "movimento militar de opinião".

As tentativas insurreccionais pareciam, porém, excessivamente confiantes num apoio activo do Presidente Carmona, que nunca veio, no descontentamento de certos sectores militares conservadores malquistados com Salazar, com pouca convicção. Faltou-lhes, por isso, consistência e determinação: as que se ensaiaram entre 1946 e 1949 seriam votadas ao fracasso.

O último impulso do pós-guerra será a candidatura do general Norton de Matos, em 1949, na qual convergiram ainda as várias correntes da Oposição. Colaboraram activamente, desde Junho do ano anterior, na recolha de assinaturas para o lançamento da candidatura unitária. E desde logo foram dinamizadas com o entusiástico e amplo apoio popular que receberam.

Mas foi muito forte o refluxo pós-eleitoral: ao desencanto pela falta de condições de intervenção democrática—que levou à declaração

de desistência e abstenção do acto eleitoral — somaram-se o desânimo pela falta de perspectivas políticas em tais condições e a repressão que, abatendo-se sobre os mais activos, desorganizou os aparelhos. Nem sequer houve condições para que a Oposição concorresse às eleições legislativas desse ano. Estava encerrado um ciclo na história da unidade democrática contra o Estado Novo.

2. A "guerra fria"

Foram as consequências internas da "guerra fria" que se fizeram sentir mais fortemente na oposição democrática desde princípios de 1947.

Para Salazar, essa conjuntura internacional não lhe podia dar condições mais favoráveis. São elas que, depois de uma fase de hesitações, o encaminham decididamente para o agravamento da repressão sobre a oposição democrática, em 1947, culminando na ilegalização formal do MUD, em Março de 1948, e na prisão dos seus dirigentes. Em face dos aliados, o ditador procurava na "guerra fria" a justificação para o seu mando, alegando a necessidade de combater o PCP, como aliado estreito da URSS, e exaltando os perigos que ambos representavam para a civilização ocidental e cristã. Internamente, tentava justificar a sua autoridade pela necessidade de defender, contra a subversão comunista, os bons valores tradicionais consubstanciados na trindade "Deus, Pátria e Família". Ao mesmo tempo que, escolhendo como alvo preferencial os comunistas e atribuindo-lhes os mais diabólicos desígnios, tentava isolar da população e dos outros sectores democráticos a força mais poderosa que se lhe opunha. Do considerável êxito desta tática resultaria grande diminuição da capacidade de intervenção e de influência da Oposição, como conjunto político. Salazar consegue, assim, relativo controlo da situação interna).

A "guerra fria" dava também condições favoráveis ao regime, na década de 50, para consolidar e diversificar o seu relacionamento ocidental, tanto no âmbito da NATO como para além dela (Portugal

(5) Tais condições, provocando distanciamento das estratégias e perturbação entre as forças oposicionistas, terá como uma das expressões a apagada participação destas nas "eleições" para deputados em Novembro de 1949: listas em Castelo Branco e Portalegre, onde se destacavam Cunha Leal e Pequito Rebelo.

membro fundador da NATO desde 1949, fora aceite em 1955 na ONU e em 1959 integrava-se na EFTA). Salazar prestava particular atenção aos EUA, Brasil e países do Terceiro Mundo, onde buscava apoio ou ao menos não hostilização relativamente à sua política africana, em nome da defesa dos valores da civilização cristã e ocidental ameaçados pelo perigo bolchevique. Tanto mais que já na década de 50 era visível a crescente agitação em África que iria levar, em 1960, a mudanças de relacionamento das potências colonizadoras europeias com os seus territórios africanos, através da concessão de independências formais (Gabão, Costa do Marfim, Senegal, Chade, Congo, Nigéria). Seria também nesse ano que os movimentos de libertação de Angola (MPLA) e Guiné (PAIGC) proporiam formalmente ao governo de Salazar negociações que permitissem abrir caminho pacífico para a autodeterminação e independência desses territórios.

Anos terríveis que deixaram marcas profundas, ainda hoje, nos que os viveram.

Abandonados os projectos unitários que tinham dominado o pós guerra, desenvolvem-se tentativas de organização de forças políticas em dois campos bem diferenciados, que passaram a hostilizar-se, por vezes com muita violência.

No campo da oposição conservadora eram os esforços de republicanos e socialistas, com estreitas ligações à Maçonaria, na sequência dos que haviam sido feitos ainda nos princípios da década de 40. Foram criadas algumas organizações, a maior parte das quais teve vida efémera e apagada⁽⁶⁾. Mais destaque alcançaram a Frente Nacional e Democrática (fundada, entre outros, pelo general Ferreira Martins, que a dirigiu, e Nuno Rodrigues dos Santos) e a União Democrática Portuguesa (que dará origem a outras organizações, como a Acção Democrato-Social, criada em 1963, que afirmará ainda a sua presença pública em 1969⁽⁷⁾). Buscam alguma margem de intervenção legal mas, não o conseguindo, é reduzida a actividade e influência para

⁽⁶⁾ Registe-se, entre outras, a União Democrática Portuguesa (cujos fundamentos foram lançados no Porto, em 1949, por Cal Brandão e outros), a União Socialista e a Organização Cívica Nacional (em 1951, também com a intervenção de Cal Brandão).

O Trata-se do extenso comunicado ao País datado de 27 de Setembro e publicado nos jornais de 2 de Outubro de 1969, assinado por 36 personalidades, entre as quais, à cabeça, Cunha Leal, Luís Dias Amado e Nuno Rodrigues dos Santos.

além dos círculos oposicionistas tradicionais. Uma das suas principais preocupações era também a ligação com os aliados democratas ocidentais — onde então já se reconhecia que os EUA emergiam como a potência mais influente — confiantes ainda nos efeitos da pressão externa sobre Salazar.

Noutro campo, o do PCP e seus aliados, também se trabalhava no sentido de forçar a actuação no plano legal através de organizações que alargassem a sua influência num espectro social largo. Foram o MND (Movimento Nacional Democrático), que tentou prosseguir a experiência unitária do MUD, e a Comissão Nacional da Paz, além do já existente MUD Juvenil (fundado em 1945). Qualquer destas organizações, apesar da repressão contínua que sofreram, tiveram uma existência mais longa, mais activa e mais influente do que as do campo republicano e socialista, por três principais razões: não alimentando ilusões sobre a influência que as potências ocidentais pudessem exercer na democratização do país, procuravam mobilizar as forças internas no sentido de que fossem elas o motor de uma transformação do regime; a partir de direcções não monolíticas e onde participavam personalidades prestigiadas, conseguiram alguma influência em camadas médias da população; e contavam com o apoio do dedicado aparelho clandestino do PCP.

Muito diferente, pois, a real influência que umas e outras exerceram. Enquanto das primeiras ficaria uma breve memória em círculos restritos, sobretudo de advogados, as segundas desenvolveram uma actividade regular, mobilizaram muitos milhares de cidadãos das camadas médias e da intelectualidade, permitiram um alargamento da consciência política oposicionista, o que teria grande importância na sequência da luta contra o Estado Novo⁽⁸⁾.

A Comissão Nacional da Paz (entre os dirigentes Maria Lamas, António José Saraiva, Manuel Valadares) tinha núcleos em várias cidades, dirigindo as suas acções na luta contra os perigos da guerra, através de manifestações, declarações públicas, abaixo assinados. A intensidade da sua acção poderá medir-se pelas centenas de presos pela PIDE, sobretudo jovens das camadas médias, estudantes e intelectuais. A principal limitação da sua capacidade de mobilização resultava de se ter reduzido à denúncia do bloco militar ocidental.

⁽⁸⁾ Até na campanha eleitoral do general Humberto Delgado, em 1958, constituíram suportes organizativos fundamentais nas províncias.

O MUD Juvenil, por cujas organizações passaram muitos milhares de jovens, foi o promotor de numerosas lutas em diversos sectores (mesmo fabril e rural), mas seria no meio estudantil universitário que alcançaria maior projecção. No final dos anos 40 e uma parte de 50 foi a organização mais influente e dinâmica do meio universitário, face à Mocidade Portuguesa (de muito reduzido alcance) e à JUC (de carácter predominantemente conservador e com fortíssimos preconceitos anti-comunistas, que a levaram muitas vezes a aliar-se à MP). Tinha força para eleger listas próprias para direcções de Associações de Estudantes (como, entre outros, foram os casos do Instituto Superior Técnico e da Faculdade de Medicina de Lisboa), chegando a contar com cerca de 1000 aderentes só em Lisboa⁽⁹⁾.

Quanto ao MND, de cuja Comissão Central faziam parte prestigiados intelectuais (como Ruy Luís Gomes, José Morgado, Virgínia Moura) tinha núcleos organizados em grande número de cidades e desenvolvia actividade com alguma continuidade no plano legal e para-legal, promovendo protestos, comemorando certas datas e alcançando um dos momentos mais altos com a apresentação da candidatura do Prof. Ruy Luís Gomes à Presidência da República, após a morte de Carmona, em 1951. A decisão da sua inelegibilidade, que constituiu um dos grandes escândalos políticos desse tempo, mostrou a incomodidade que tal candidatura representava para o regime. O campo republicano e socialista apresentou então um outro candidato, almirante Quintão Meireles, que desenvolveu uma campanha apagada, acabando por reconhecer não haver condições para se apresentar às urnas.

Os dois campos oposicionistas desenvolvem, assim, actividade com muito diferentes dinâmicas e muito poucos pontos de contacto. A

⁽⁹⁾ Refiro-me a meados da década de 50, quando fiz parte da direcção do sector universitário de Lisboa e antes de ser eleito para a Comissão Central, onde tinham estado, alguns anos antes, Mário Soares, Salgado Zenha, Octávio Pato. Mesmo após a grande vaga de prisões que atingiu a sua direcção (e que lançou para a cadeia, entre outros, Angelo Veloso, Pedro Ramos de Almeida, Agostinho Neto, António Borges Coelho inculpados no chamado "processo dos 52", julgado no Plenário do Porto, de Dezembro de 1956 a Junho de 1957) a actividade prosseguiria, sem interrupção. Nesta organização fizeram a sua iniciação política muitos que depois vieram a ter actividade relevante, além de ter sido, não menos importante, uma grande escola de carácter e de formação juvenil.

"guerra fria" dos anos 50 condiciona decisivamente o relacionamento das oposições. É, deste modo, sob o signo da divisão que ocorrem as "eleições" para deputados em 1953, em que se destacam, por parte da oposição moderada, Cunha Leal e Antonio Sérgio⁽¹⁰⁾. Foram tempos de duros embates, acusações mútuas, muitas vezes torpes e caluniosas, atingindo mais a honorabilidade do que as ideias políticas. Nunca, desde o fim da guerra até ao 25 de Abril se haviam apresentado tão desunidos os dois campos da Oposição. As polémicas entre eles ainda mais se agravavam com acontecimentos ocorridos nos países de Leste, sobretudo quando Moscovo intervinha para impedir qualquer divergência da sua linha (invasão da Hungria em 1956). A posição do PCP de apoio incondicional à política de Moscovo era, sem dúvida, mais um grande obstáculo ao alargamento da unidade consigo, sobretudo ao nível da intelectualidade e das camadas médias.

Entretanto, o PCP continuava a promover ou influenciar movimentos reivindicativos nos meios rurais, industriais e piscatórios no Alentejo, Ribatejo, Setúbal, Algarve e Porto, que atingiram por vezes considerável expressão. Esta ligação às camadas baixas e a sua inserção, em geral, na sociedade distinguia o PCP de qualquer outra organização oposicionista e transmitia às referidas organizações unitárias que a ele estavam ligadas uma perspectiva de luta política muito mais ampla e consistente. Essa a razão maior da sua solidez.

3. O "descongelamento"

A viragem no relacionamento entre os desavindos campos oposicionistas inicia-se em 1956. Foi preciso, para isso, que em cada um deles se tivessem operado transformações importantes, em grande parte por efeito de mudanças na conjuntura internacional.

Do lado do PCP, é considerável a influência do XX Congresso do PCUS, em Fevereiro de 1956, onde Krushev defende a não inevitável hostilidade com os países do sistema capitalista, propondo a coexistência pacífica com o Ocidente. Era posta assim em causa a "guerra fria", tirando trunfos a Salazar tanto para justificar

⁽¹⁰⁾ Tendo ido até às urnas, essas listas registaram resultados consideráveis, tendo em conta as irregularidades de toda a ordem cometidas pelo Governo: em Lisboa, 10% (contou com 20 822 votos em 206 974 eleitores inscritos) e no Porto quase 12% (15 843 em 134 441 inscritos).

externamente a sua política autoritária, como para dificultar internamente a aproximação entre as forças que se lhe opunham. Esta situação propicia ao PCP uma linha política mais flexível, admitindo um trânsito pacífico para a democracia e uma colaboração mais aberta com as outras forças da Oposição.

Por seu turno, no campo dos republicanos e socialistas também foi notória a influência desta conjuntura, além de ter diminuído, entretanto, a ilusão sobre a influência democratizante em Portugal das potências aliadas ocidentais.

São estas novas condições que permitirão a aprovação, em Dezembro de 1956, das bases para a formação das "Comissões Eleitorais da Oposição" com vista às "eleições" para deputados do ano seguinte e a constituição da "Comissão Promotora do Voto", com a participação dos diversos sectores democráticos; e, em 6 de Outubro de 1957, inserido nas comemorações da revolução republicana, o I Congresso Republicano, em Aveiro, em que intervêm, com diagnósticos sobre a sociedade portuguesa, elementos de várias tendências da Oposição⁽¹⁾.

Era um ciclo novo que se abria no capítulo da unidade democrática, como resultado, pois, de condições internas e externas favoráveis. Assim, apesar das dificuldades conhecidas, a Oposição viria a cooperar, no ano seguinte, em torno de um único candidato nas eleições presidenciais, o general Humberto Delgado, o que iria imprimir à campanha uma muito maior dinâmica mobilizadora e o suporte organizativo nacional de que carecia⁽¹²⁾.

(^u) Foi secretário-geral desse congresso Mário Sacramento, intelectual aveirense de grande prestígio nacional, membro do PCP. Tanto o congresso como a preparação das "eleições" de deputados de 4 de Novembro de 1957 mostram, assim, considerável grau de cooperação entre as forças oposicionistas, muito diferente, pois, do que ocorrera nas de 1949 e 1953. A influência largamente predominante era ainda, porém, da oposição tradicional, que se traduziu na famosa "Mensagem dos 97" (Vieira de Almeida, Jaime Cortesão, Azevedo Gomes, Mendes Cabeçadas, Vasco da Gama Fernandes, Hélder Ribeiro, etc.), onde se defendia não haver condições políticas para a concorrência às umas.

(ⁿ) São conhecidos alguns destes factos. Mas, tendo acompanhado todo o processo, não poderei deixar de referir que, perante o passado de ligação ao regime do general Humberto Delgado, eram legítimas as reservas da oposição de esquerda, que a levaram a contrapor um candidato próprio, o dr. Arlindo Vicente. A coragem e frontalidade com que, desde o início, Humberto Delgado enfrentou o governo de Salazar, dissiparam as dúvidas. Além de que, desde

Na candidatura reuniram-se, além da oposição moderada (republicanos, socialistas, Maçonaria), com influência predominante na orientação política da campanha, e da oposição de esquerda (que apoiara inicialmente Arlindo Vicente), outros sectores que até aí tinham mantido um reduzido ou nulo envolvimento oposicionista, impelidos agora pelo descontentamento cada vez mais generalizado contra o regime. Entre estes, os monárquicos democratas, que desde então se organizam de diferentes formas até à criação da Convergência Monárquica, em 1972⁽¹³⁾. Também os católicos, que haviam mantido, em geral, apoio ou prudente silêncio em face do regime, começaram a afirmar-se. Eram, para toda a Oposição, sinais significativos da desagregação dos apoios tradicionais do salazarismo. Mas eram sinais isolados que, como em geral acontecia, ultrapassavam na dimensão subjectiva o seu real alcance. Estava longe de se envolver a Igreja que, como instituição, continuava a apoiar o regime. Nem sequer se tratava de um movimento amplo de católicos oposicionistas, estes apenas defendendo, numa posição recuada, que a Igreja devia manter-se neutra nessa campanha "eleitoral" de 1958⁽¹⁴⁾.

Geravam-se, assim, condições favoráveis para que, também entre as Forças Armadas — feridas igualmente no seu brio pelo que se passou nas "eleições" de Humberto Delgado — se desenvolvessem

logo, foi visível, também, que em torno dele se iria gerar uma grande movimentação popular. O "acordo de Almada", que também acompanhei, mostrou a exemplar dignidade de Arlindo Vicente e a sua consciência do superior interesse político da Oposição. Foi indescritível o entusiasmo com que esta decisão foi recebida pela numerosa assistência que enchia completamente o recinto do comício em Almada. Gerava-se uma onda electrizante que tinha — como geralmente acontece nos processos unitários — um efeito multiplicador.

^(B) Em representação da CDE, quando das eleições de 1969, mantive algumas conversações com a Comissão Eleitoral Monárquica (que se destacara da Causa Monárquica e da Liga Popular Monárquica), na sua primeira intervenção política pública autónoma. Embora de formação conservadora, mostravam firmeza na sua oposição ao regime, sem grandes preconceitos contra a esquerda.

⁽¹⁴⁾ Nos contactos que então tivemos com católicos eram notórias as suas hesitações, com a consciência da situação difícil que a Igreja vivia e das dificuldades ainda maiores que adviriam se a frontalizassem. Mas tratava-se, sem dúvida, do início de um processo irreversível, que iria assumir expressão crescente até ao 25 de Abril.

disposições unitárias de oposição, em especial entre as camadas militares mais jovens.

Perante uma tão vasta e potente manifestação de oposição popular e política na campanha, a resposta do Governo foi um indicativo muito importante para se avaliar a real solidez do regime. Apareciam sinais mais evidentes da sua dificuldade de manobra interna, pelas hesitações que mostra entre a adopção de uma linha mais dura e de uma linha mais aberta. Imediatamente, acabará por não adoptar nem uma nem outra. Já não pode permitir-se, sequer, manobras demagógicas como as do pós-guerra. Visivelmente desorientado e amedrontado, ensaia algumas tímidas e desconexas reformas e lança algumas manobras de propaganda e diversão⁽¹⁵⁾.

À luz da perspectiva que temos estado a seguir, devem reconhecer-se, pois, três aspectos importantes nas eleições de 1958:

- a) A unidade em torno da candidatura de Humberto Delgado foi propiciada pelas condições políticas externas e internas que se desenvolveram desde 1956;
- b) O poderoso impulso popular unitário influencia a unidade de topo, o que é bem visível no "acordo de Almada", que por sua vez constitui um amplo multiplicador;
- c) Tiveram um efeito desbloqueador de algumas das crispações que se tinham agravado no tempo da "guerra fria" entre as forças oposicionistas, abrindo assim condições favoráveis a que se estreitasse, na década de 60, a cooperação entre elas. Embora tal cooperação se vá desenvolver ainda exclusivamente no plano das acções políticas concretas e não no programático, o que só será possível, como se verá, após 1969.

A menor divisão e mais estreita colaboração entre as correntes oposicionistas criavam condições favoráveis para que estas passassem a exercer uma pressão mais ampla e contínua sobre o regime. Reiniciava-se, desta forma, um processo não linear nem rápido, que na

⁽¹⁵⁾ Logo a seguir às "eleições", perante a geral indignação causada pela grosseira falsificação dos resultados, os serviços de propaganda do regime conceberam várias acções, sobretudo com a ideia — como então em privado disseram — de que "dê-se ao povo festa e ele esquecerá tudo". Foi esse o objectivo do grande espectáculo, com entradas gratuitas, que poucos dias depois decorreu no estádio José Alvalade e em que Amália Rodrigues, prevenida, conscientemente colaborou.

complexidade do seu percurso terá diferentes ritmos, avanços e episódicos recuos, mas que será, no essencial, irreversível.

Tal convergência das forças oposicionistas na candidatura de Humberto Delgado não iludia, porém, as suas diferentes estratégias políticas. Mesmo após o "acordo de Almada", dirigentes oposicionistas tradicionais e oposição de esquerda continuaram a olhar-se com muita desconfiança. Admitiu-se ainda que a Oposição — demonstrada com toda a evidência a sua representatividade pelo processo eleitoral — pudesse afirmar-se no plano legal, para o que tenta realizar-se, em 1959, o Congresso Nacional dos Democratas Portugueses. Impedida essa via, por reacear o regime conceder qualquer margem de manobra legal à Oposição, os esforços dos democratas desenvolvem-se em dois sentidos diferentes, embora não antagónicos

Da parte da oposição de esquerda havia a ideia de que só o desenvolvimento de amplas movimentações populares, ultrapassando as limitações dos dirigentes oposicionistas tradicionais, poderia desencadear uma dinâmica que superaria a preponderância que eles detinham no campo estritamente político. O PCP aproveita então o descontentamento nas camadas baixas da população para desencadear movimentos grevistas de consideráveis proporções que se vão estender nos anos seguintes. A fuga do forte de Peniche de Álvaro Cunhal e outros dirigentes comunistas (3 de Janeiro de 1960) tem também considerável repercussão pública e permite um reforço da direcção do PCP, com consequências visíveis na sua actividade.

Entretanto, o impulso da campanha de Humberto Delgado e a gravidade dos acontecimentos que se lhe seguiram pareciam desenhar uma situação pré-insurreccional. Nessa perspectiva começam, então, a desenvolver-se alguns esforços, tal como a criação, em 1959, das Juntas de Acção Patriótica, de que se falará a seguir mais desenvolvidamente.

Da parte da oposição conservadora, na campanha de 1958 — como ainda acontecerá quando do 25 de Abril — eram grandes os receios de que "o poder caísse na rua"⁽¹⁶⁾. Para esta, a campanha deveria

⁽¹⁶⁾ Em conversas privadas com alguns dos mais activos e destacados apoiantes da candidatura de Humberto Delgado, tive ocasião de aperceber-me da dimensão desse receio. Um dos momentos cruciais foi a chegada do candidato a Santa Apolónia (vindo da triunfal viagem ao Porto), quando na Baixa de Lisboa se concentravam dezenas de milhares de populares entusiásticos e decididos a enfrentar a polícia.

servir, sobretudo, como ampla demonstração pública de que o País estava descontente. Assim se legitimaria um golpe militar que, segundo se disse, poderia vir a contar com o apoio do Presidente da República cessante, general Craveiro Lopes. Apesar de não ter sido obtido esse nem outros apoios em sectores políticos, a tática do golpe militar — que parecia agora favorecida pela referida disposição na camada jovem de oficiais — não foi abandonada: assim se desencadeia a denominada "revolta da Sé", em Março de 1959. Fracassada esta, a esperança de uma mudança a partir de dentro do regime renasce ainda com os rumores de que crescia a insatisfação de uma parte dos altos comandos das Forças Armadas e de figuras salientes da Situação. Tal se confirmaria com a tentativa de golpe de Estado militar, em Abril de 1961, pelo general Júlio Botelho Moniz, ministro da Defesa Nacional, a que não teria sido estranho algum encorajamento dos EUA.

Sabia-se, de resto, que se geravam externamente condições mais favoráveis para o combate contra o Estado Novo. Aí se insere, aliás, o assalto ao paquete "Santa Maria", em princípios de 1961, sob a chefia do capitão Henrique Galvão, que consegue assim chamar a atenção da opinião pública internacional para a ditadura em Portugal.

Entre essas condições externas, nos inícios dos anos 60, haverá que considerar a eleição de Kennedy para Presidente dos EUA (defendendo princípios fundamentais como os direitos humanos e a abolição da segregação racial, que frontalizavam directamente a política colonial de Salazar), o começo da guerra em Angola e o debate que ele levanta no Conselho de Segurança da ONU.

Perante esta conjuntura, a oposição republicana e socialista admitiu haver factores propícios a forçar a legalidade, de novo, tentando perfilar-se como alternativa credível ao regime. Já em final de 1960 ficara concluído o "Programa para a Democratização da República", datado simbolicamente de 31 de Janeiro (1961) e assinalando o cinquentenário da proclamação da República. Apresentado à imprensa portuguesa e estrangeira em conferência realizada em 11 de Maio de 1961, não foi porém autorizada a sua divulgação pelos meios de comunicação nacionais. Embora limitado por uma orientação marcadamente reformista, esse documento constitui uma valiosa proposta programática para a reestruturação global da sociedade portuguesa, tanto mais que foram raros tais documentos da Oposição⁽¹⁷⁾.

(17) Jaime Cortesão, que entretanto falecera, fora um dos primeiros animadores e orientadores da elaboração do documento que é subscrito, em

Neste contexto, assumem particular importância as "eleições" para a Assembleia Nacional, em 12 de Novembro de 1961.

A oposição republicana e socialista começa a prepará-las desde muito cedo. Em Setembro do ano anterior, a partir de elementos do Norte, cria no Porto a Frente Eleitoral Independente, que preconiza a organização de comissões regionais em todos os círculos eleitorais, o que, no entanto, foi muito escassamente conseguido. Em Novembro, representa ao Presidente da República, solicitando permissão para um congresso de democratas, tendo sido recusado. As "eleições" estavam a ser preparadas pela oposição republicana e socialista (eram principais responsáveis do processo legal Mário de Azevedo Gomes, Acácio Gouveia e Eduardo de Figueiredo, representantes do "Programa para a Democratização da República"), com o objectivo principal de ter a oportunidade de divulgar amplamente o "Programa", sem prever qualquer outra acção⁽¹⁸⁾. Haviam decidido, por isso, apresentar listas próprias, sem a participação da oposição de esquerda. Só ao cabo de longas e difíceis negociações acabaram por concordar com uma lista conjunta e comprometer-se a aproveitar o período da campanha para a agitação política possível e as sessões que fossem permitidas⁽¹⁹⁾.

Um dos factos mais notáveis dessa campanha foi a Oposição ter apresentado publicamente, pela primeira vez, a questão colonial, * 1

primeiro lugar (fora da ordem alfabética, que se segue), pelo Prof. Mário de Azevedo Gomes, coronel Hélder Ribeiro e almirante Mendes Cabeçadas. Começava-se, significativamente, por exaltar a obra realizada nos 16 anos da 1ª República.

(") Depois de difíceis diligências para que, mesmo em campanha "eleitoral", a Comissão de Censura autorizasse a sua publicação sem grandes cortes (que visavam, sobretudo, a questão colonial), o "Programa" acabaria por ser publicado pela imprensa portuguesa em 2 de Novembro.

ç⁹) As negociações decorreram secretamente na casa de Oeiras de Nuno Rodrigues dos Santos, sendo ele o principal negociador por parte da oposição republicana e socialista e eu por parte do PCP e aliados. Perante a recusa, que me foi apresentada logo de início, de uma lista unitária da Oposição, informei posteriormente que nessas condições apresentaríamos uma lista própria, responsabilizan do-os pelos inconvenientes políticos que adviriam dessa divisão. A poucos dias do termo do prazo de apresentação das candidaturas, tendo-me apercebido de que estavam com dificuldades de ultrapassar obstáculos burocráticos levantados sobre alguns dos seus candidatos, o que os impossibilitava de formar lista, propus completá-la com nomes da nossa, desde que aceitassem fazer campanha com agitação política. Só por isso foi possível a campanha "eleitoral" de 1961.

defendendo uma solução política e não militar para o conflito que no início do ano eclodira em Angola⁽²⁰⁾.

4. *A viragem*

Apesar das enormes limitações postas pelo Governo, a agitação política fez-se com alguma intensidade. Razão tínhamos em procurar vencer a resistência republicana e socialista e desencadear a campanha eleitoral. Porque havia a consciência de que a indisposição pública com o regime se situava já num tal grau que permitiria sustentar a tensão da luta mesmo além da campanha. Não seriam apenas manifestações mais ou menos amplas durante a pequena abertura política das "eleições", mas o arranque para uma dinâmica oposicionista qualitativamente diferente. Assim foi. Nesse sentido se pode dizer que 1961 foi um marco na luta contra o Estado Novo. Com efeito, a agitação política "eleitoral" desencadeou depois manifestações públicas de protesto em vários pontos do País como Coimbra, Covilhã, Couço, Alpiarça, Grândola. Atingiram particular dimensão e combatividade as de Almada, em 11 e 14 de Novembro, com muitos milhares de pessoas enfrentando durante várias horas as forças repressivas com paus, pedras ou apenas com a sua coragem⁽²¹⁾.

(2°) Fez essa intervenção o advogado Olindo de Figueiredo, na sessão pública de abertura da campanha em Lisboa, no teatro da Trindade. De acordo com o "Programa", na sua "Observação Final sobre Política Ultramarina", destacava-se ser "forçoso reencontrar na paz — nunca na guerra — o caminho do diálogo entre as populações e o asseguramento de todos os direitos". A verdade é que os autores do "Programa", que o haviam ultimado já em final de 1960 (para o divulgar com a data da revolta republicana fracassada do Porto), foram surpreendidos com o rebenatar do conflito em Angola, sobre que não poderiam deixar de tomar posição: assim, a formulação sobre "Política Ultramarina", no final, é mais avançada do que a que estava no corpo do "Programa". Tive ocasião de aperceber-me pessoalmente da forma dramática como se debatiam com esse problema (que não era apenas político), num momento de viragem, homens de grande integridade moral e coragem cívica como o coronel Hélder Ribeiro que haviam arriscado a vida na guerra de 1914-1918 para defender, contra as ambições das potências europeias, "a ameaçada integridade dos territórios portugueses do Ultramar".

(a) Em 11 de Novembro contou-se, pelo menos, um morto: o operário Cândido Capilé, membro do PCP, atingido por uma rajada de metralhadora.

Como muitas vezes acontecia após períodos eleitorais, por se exporem mais os activistas e as organizações, uma vaga repressiva abateu-se nesse terrível mês de Dezembro de 1961 sobre a oposição de esquerda, atingindo não apenas o aparelho semi-legal que organizara a campanha eleitoral, mas igualmente a direcção clandestina do PCP (Octávio Pato, Carlos Costa e Pires Jorge, do Secretariado do Comité Central, e ainda Américo de Sousa, Júlio Martins e Natália David). Foi então também assassinado pela PIDE o escultor José Dias Coelho, dirigente da Organização Regional de Lisboa do PCPP).

Numa situação em que crescia a impaciência popular e estavam obviamente bloqueadas as saídas políticas, foi com alguma dose de desespero que se desencadeou o assalto ao quartel de Beja, em 1 de Janeiro de 1962, corajosamente chefiado pelo capitão Varela Gomes²²). O seu fracasso e o endurecimento da repressão que se lhe seguiu causaram algum refluxo, como era inevitável, mas não tão profundo e prolongado como era habitual, mesmo após acções de menor envergadura.

Nisso, também, era visível o contraste com o passado.

Com efeito, logo em 31 de Janeiro do ano seguinte, no Porto, alguns milhares de pessoas, gritando por liberdade e paz em Angola, ocuparam a Baixa, resistindo durante várias horas às cargas policiais. E novamente aí, no dia 8 de Março, uma manifestação de menor

^{f22}) O Aljube estava cheio a abarrotar, pois a estas prisões juntaram-se as dos sublevados de Beja e ainda as de uma vaga em Alpiarça. Em 19 de Dezembro, quando, depois de 6 dias de tortura de sono e espancamentos na PIDE regresssei ao pequeno "curro" do Aljube, soube que o camponês de Alpiarça meu companheiro de cela se havia suicidado enquanto eu estivera ausente, sendo ainda visíveis as manchas escuras do seu sangue no chão.

ⁱ²³) Em encontros que tive com o capitão João Varela Gomes até às vésperas da minha prisão, em 13 de Dezembro de 1961, tentei dissuadi-lo de qualquer acção desta natureza, não vendo nela condições de êxito, por falta de apoio político e popular e não estarem maduras as condições tanto quanto ao regime como à Oposição. Procurei contrariar a ideia romântica de que, ainda que fosse possível conservar por algum tempo o controlo sobre o quartel de Beja, tal não iria provocar espontaneamente um levantamento popular, mesmo tendo em conta as tradições de luta da região e o facto de se contar com a promessa de colaboração de 2 ou 3 membros do PCP actuando a título individual e mesmo — o que só mais tarde vim a saber — com a destemida presença de Humberto Delgado, que entrara clandestinamente em Portugal para assumir a direcção superior da revolta.

dimensão assinalou o Dia Internacional da Mulher. Em 1 de Maio seguinte rebentaria o maior e mais combativo movimento de protesto a que Lisboa assistira desde o fim da guerra (superior, mesmo, ao de 1958, quando da chegada de Humberto Delgado vindo do Porto). Quem participou nesses acontecimentos poderia ser levado a pensar viver-se uma situação insurreccional, tal a determinação e coragem com que muitos milhares de pessoas enfrentaram a polícia, dominando praticamente a Baixa desde o princípio da tarde até depois da meia noite. Contaram-se pelo menos dois mortos e algumas dezenas de feridos (24). Mas ainda mais revelador da disposição popular foi o facto de esta manifestação não ter resultado de uma explosão espontânea, mas de um planeamento rigoroso e demorada preparação pelo PCP e as Juntas de Acção Patriótica que encontraram receptividade na população(25). Foi possível, também, promover consideráveis manifestações em outros locais, como Almada, Porto, Barreiro. Uma semana depois, embora com menor amplitude, repetem-se as manifestações em Lisboa e outros pontos do País.

Um dos efeitos desta agitação foi o recrudescimento das greves e protestos de assalariados industriais e agrícolas. Eram, porém, sobretudo acções dispersas, descontínuas e, em geral, de pequena envergadura (limitadas a uma empresa e não mais de um dia) sobre questões laborais (salários, horários, pagamento das horas extraordinárias, fixação do dia de pagamento, condições de trabalho, etc). No conjunto, porém, representava um número elevado de trabalhadores envolvidos. Sem dúvida as manifestações públicas e as reivindicações laborais, embora dispersas, não deixavam de estimular-se mutuamente, formando no conjunto uma efervescência e tensão social como não se vira, com carácter regular, desde o fim da guerra.

Sinal muito expressivo, também, da ruptura da juventude mais esclarecida e das camadas médias com o regime foi a grande "crise

(24) Os feridos eram transportados para a Urgência do Hospital de S. José, onde se colocaram de serviço médicos democratas que deixaram fugir muitos que ali davam entrada sob prisão. Um dos mortos a tiro foi o operário Estêvão Giro, membro do PCP.

(25) Trabalhou-se activamente, numa acção coordenada que envolveu boa parte do País: activaram-se os núcleos locais, espalhou-se a palavra de ordem boca a boca e por panfletos convocando para as manifestações do 10 de Maio, fizeram-se na província reuniões amplas e até comícios preparatórios que foram já momentos de duro confronto com as forças repressivas.

académica" em Março-Maio de 1962. Embora se desenvolva com autonomia, não deixa de ser influenciada pelo ambiente geral de contestação. Terá grande importância no futuro não apenas pelos incentivos que irá provocar em futuras lutas estudantis, mas igualmente pela formação de quadros políticos que nos anos seguintes se irão afirmar.

Era, no conjunto, um quadro tão impressionante que não poucos tiveram a ilusão de que se estaria a viver um período pré-insurreccional, exigindo formas superiores de luta.

Com muita dificuldade a direcção do PCP continha o ímpeto dos seus militantes e aliados no sentido do desenvolvimento de uma orientação mais radical de acção directa e armada. Tanto mais que foi entre nós muito forte o reflexo do diferendo entre a China e a URSS⁽²⁶⁾. Houve cisões sob acusação de falta de revolucionarismo do PCPP. Os dirigentes do PCP, que se multiplicavam em reuniões com os seus militantes e simpatizantes para tentarem conter este ímpeto, oscilavam por vezes, ora contrariando ora dando indícios de poder vir a adoptar uma linha mais radical⁽²⁸⁾.

Sendo fácil, porém, a ilusão para quem estava a viver emocionadamente o processo a partir de dentro (como foi o meu caso e de tantos outros), a verdade é que esta agitação, observada com um olhar mais frio, racional, não tinha as características de torrente contínua e em crescendo, que essa, sim, seria indiciadora de um grau superior de luta. Além de que todo este quadro, embora impressionante no seu conjunto, carecia de uma correspondência no plano político, para o

⁽²⁶⁾ Entenda-se, porém, ao contrário do que já se tem afirmado: os debates e divergências no seio do PCP não surgiram como reflexo no seu interior do diferendo entre a China e Albânia e a URSS; a situação aparentemente pré-insurreccional que se vivia em Portugal é que excitou tal debate, a que aquele diferendo deu mais consistente suporte ideológico.

⁽²⁷⁾ O caso mais destacado foi o de Francisco Martins Rodrigues que em fins de 1963 seria expulso do Comité Central, fundando depois a FAP (Frente de Acção Popular). Teria então também alguma repercussão nos meios intelectuais jovens, sobretudo no exílio, o Movimento de Acção Revolucionária (MAR), em que se destaca Manuel Lucena, com fortes ataques ao que denomina "a submissão do PCP aos interesses da burguesia" (ver boletim *Acção Revolucionária*, a partir de Setembro de 1965, e *Caderno Socialista*, após Julho de 1967).

⁽²⁸⁾ Esta última linha só se concretizaria em 1970 com a criação da Acção Revolucionária Armada (ARA).

que contribuía a ausência de uma direcção unitária suficientemente organizada da Oposição. Esta não tinha, assim, condições (organizativas e estratégicas) para comandar politicamente o processo. Poderá mesmo dizer-se que a cooperação na campanha de 1958 entre as forças oposicionistas não foi suficientemente sólida, pelas razões que vimos atrás, para prosseguir sem interrupção.

Vive-se, então, uma situação singular: ao quadro particularmente denso de tensões sociais e até manifestações públicas corresponde uma fase de refluxo no plano da intervenção estritamente política. Tal atinge, mais visivelmente, os republicanos e socialistas que sempre aí tiveram o seu campo privilegiado ou exclusivo de actuação. São notórios, então, os sinais de desagregação desses grupos, oscilantes entre compromissos com os dissidentes do regime e as esperanças de que dentro deste se gerassem as forças que o aniquilassem, além de se alimentarem, ainda, na miragem da influência democrática dos EUA. Ao mesmo tempo que, não se envolvendo nas acções directas políticas e sociais que no país se desenvolviam, perdem influência as personalidades republicanas que até aí se haviam apresentado como tutelares da Oposição. As novas dinâmicas de luta contra o regime passam-lhes cada vez mais à margem, não exercendo efeito atractivo sobre as camadas jovens (estudantis e militares) que irrompiam crescentemente na luta contra o regime, dando origem a uma multiplicidade de pequenos agrupamentos, em geral algo desorientados, mas muito combativos. Data de então a crescente descolagem da corrente socialista, sendo a partir daí cada vez menos apropriado falar-se de "oposição republicana e socialista", embora ainda nas eleições de 1965, como se verá, tomem posições comuns e trabalhem em conjunto⁽²⁹⁾.

Esse ponto de viragem na luta contra o Estado Novo que foi o ano de 1961 tem profundas implicações na unidade das forças democráticas. A perda de influência dos tradicionais grupos republicanos, a descolagem da corrente socialista, o reconhecido importante papel do PCP na movimentação social deslocam os centros de gravidade política. Há uma torrente oposicionista cada vez mais

ⁱ²⁹) Esta descolagem que vinha a verificar-se dos socialistas — eles próprios conscientes de quanto a velha e respeitável linha republicana tradicional era insuficiente perante as novas necessidades da oposição ao regime — levou-os a fundar em Genebra, em 1964, a Acção Socialista Portuguesa (ASP), que em 1972 seria admitida como membro da Internacional Socialista e, em Maio de 1973, num congresso em Bona, dando origem ao Partido Socialista Português.

vasta e aguerrida que não quer ser espartilhada nos moldes da oposição tradicional e que pelas suas ideias e tipo de intervenção renova muito do que até aí se pensara e fizera. O que se vai passar no campo da Oposição ao longo dos anos 60, e especialmente na segunda metade, com especial relevo para a explosão de 1969, só poderá ser compreendido se tivermos em conta esta profunda alteração que marca o princípio da década.

Entretanto, já o PCP procedia à reanálise da sua orientação e à chamada "correção do desvio de direita" dos anos 1956-1959. Nas reuniões do Comité Central que se seguiram à referida fuga de Álvaro Cunhal e outros dirigentes do forte de Peniche, é formulada a estratégia do levantamento nacional e, depois, da revolução democrática e nacional. Era traçado "o caminho insurreccional, como o único que poderia pôr fim à ditadura" (VI Congresso, Setembro de 1965, último na clandestinidade).

Nessa linha, e retomando os precários enlaces da campanha de 1958, é criada em Dezembro de 1962, em Roma, a Frente Patriótica de Libertação Nacional, que em Janeiro de 1964 realizaria a sua II Conferência. Esta, contando com a representação dos principais agrupamentos políticos, assumir-se-ia como organismo dirigente do movimento nacional anti-fascista. Complementar da Conferência (e não lhe sucedendo ou substituindo-a, como por vezes se tem dito) criou-se, para funcionar fora de Portugal (para efeitos de representação, procura de apoios, etc.) um organismo executivo intitulado Junta Revolucionária Portuguesa, sediada em Argel, presidida pelo general Humberto Delgado. Tentava-se, desta forma, superar uma das principais dificuldades que sempre encontrara o movimento unitário contra o Estado Novo que era o da sua direcção. A Junta Patriótica Central, formada em conexão com as Juntas de Acção Patriótica, e que se apresentava como supremo organismo dirigente do movimento democrático, tinha uma acção muito apagada e ineficaz, conseguindo sobretudo realizar alguns enlaces organizativos, mas não assumindo verdadeiramente um papel de direcção política.

As dificuldades da luta em Portugal e a debilidade das forças políticas oposicionistas, a que não seriam estranhas, também, ambições pessoais de liderança e os receios de que o PCP, mais bem organizado no interior, dominasse o processo se ele se centrasse aí, levam então alguns a defender que a direcção suprema do movimento anti-fascista devia ser essa do estrangeiro, com base nos democratas exilados. Contra esta posição, os que defendiam não dever nem a Conferência nem a

Junta substituir-se a um organismo de direcção no interior do País, em ligação directa com as lutas que aí se desenvolviam⁽³⁰⁾.

Abase organizativa unitária em Portugal eram as Juntas de Acção Patriótica, como se disse formadas em 1959, no impulso das eleições de Humberto Delgado, e que se ligariam às Conferência e Junta Revolucionária. O seu papel mais importante foi nos incentivos e acompanhamento das referidas manifestações populares em 1 e 8 de Maio de 1962. Mas não tinham condições para desencadear um processo de formação de uma direcção efectiva da luta unitária anti-fascista dentro do País. E não só as suas ligações à Conferência e Junta Revolucionária eram precárias como nelas — bem como em toda a Oposição — se reflectiam muito negativamente os dissídios cada vez mais virulentos que se feriam naqueles organismos dos democratas no exílio.

Teriam as Juntas de Acção Patriótica, com efeito, uma existência difícil por três principais razões: eram estruturas unitárias e ao mesmo tempo compartimentadas e rigorosamente clandestinas, o que se tornava, obviamente, muito difícil de conciliar (prisões, torturas, denúncias acabariam por atingi-las gravemente)⁽³¹⁾; os elementos não comunistas tinham grandes hesitações de actuar em organismos ao lado dos comunistas, receando que por isso sofressem mais duro tratamento em caso de prisão pela PIDE; além disso, chocavam-se nelas duas orientações: a do PCP, para quem as acções das Juntas, visando a desestabilização do regime, deveriam inserir-se em movimentações populares, e a de outros, para quem tais acções deveriam desenvolver-se autonomamente, com objectivos próprios.

(æ) j o cã a a cçã o no estrangeiro deve ser considerada em função da luta no interior. É em Portugal que se decide a sorte do movimento democrático. A unidade estabelecida entre dirigentes que se encontram no exílio é sem dúvida um poderoso estímulo à unidade de todas as forças democráticas. Na medida em que se trata de dirigentes de organizações ou movimentos existentes no País, não se trata de outra coisa senão duma expressão da unidade no interior, dessas organizações e movimentos. Mas nada pode substituir o estabelecimento duma direcção unitária eficiente no interior" (Álvaro Cunhal, 1964, *Rumo à Vitória*, Lisboa, Ed. Opinião, 1974, pp. 152-153).

O O PCP teve papel muito importante na organização das Juntas, mas a elas pertenciam, também, em considerável número, pessoas com outras formações políticas, mesmo muitos católicos. Predominavam — pelo que tive ocasião de aperceber-me — jovens estudantes e operários, além de elementos oriundos da pequena e média burguesia.

A forte vaga repressiva que se abateu sobre a oposição de esquerda desde fins de 1961 a 1963 desmantela quase completamente as Juntas, afecta a capacidade de direcção do PCP, desconjunta as organizações semi-legais que haviam estado na base da campanha "eleitoral" (1961), destrói os grupos que tinham promovido o golpe de Beja. De tudo isto resulta uma não continuidade do mesmo nível de pressão política sobre o regime através de manifestações públicas de protesto. A tentativa de retomá-las em 1 de Maio de 1963 seria já um fracasso⁽³²⁾. Além de que os organismos de direcção no estrangeiro convulsionavam-se tanto mais em dissensões internas quanto mais perdiam a ligação com as realidades e as lutas no interior do País. Nesse quadro se insere a tentativa corajosa e desesperada de Humberto Delgado de entrar no País, de que resultaria o seu assassinato pela PIDE (Fevereiro de 1965).

Às dificuldades de convergência das tácticas de actuação das diferentes correntes da Oposição, juntava-se a incidência, sobre elas, da questão colonial. Aquela que seria, após meados de 1973, um factor estimulante de unidade contra o regime, era então um forte motivo de dissídio.

Deve reconhecer-se que a política africana de Salazar tivera apoio da grande maioria do País ainda numa boa parte da década de 60. Mesmo a inicial palavra de ordem "Para Angola, rapidamente e em força" se justificara pelos argumentos que vinham sendo instilados nos portugueses desde os bancos das escolas: um, de natureza pragmática — o nosso pobre país não poderia sobreviver sem as colónias; outro, de natureza ideológica — a missão evangelizadora dos portugueses. Foi questão que tocou mais de perto o País do que a tomada das colónias portuguesas na Índia pela União Indiana (Dezembro de 1961), lá tão longe e sem que fosse fácil mostrar as vantagens da conservação daqueles territórios^(^).

ⁱ²²⁾ Embora alguns milhares de pessoas tivessem ainda enfrentado as forças repressivas, que mataram a tiro, pelo menos, um manifestante: o tipógrafo Agostinho Fineza, identificado como membro do PCP.

ⁱ³³⁾ Encontrava-me então preso em rigorosa incomunicabilidade no "segredo"(ou "curros") do Aljube e ouvia ao longe, de dia e de noite, longas ladainhas, cânticos religiosos, numa dorida melopeia arrastada e chorosa. Só mais tarde vim a saber tratar-se das procissões e outros actos religiosos que decorriam na Sé pela salvação da "Índia portuguesa cristã".

A questão africana constituiu, com efeito, na década de 60, um dos factores mais fortemente perturbadores da unidade entre as forças oposicionistas: o PCP e aliados defenderam desde logo a autodeterminação e independência para as colónias, os republicanos e socialistas tinham posição mais recuada, muitos não queriam ferir a bandeira da "pátria una e indivisível", outros pendiam para um prudente federalismo ou para soluções que deviam ser faseadas a longo prazo³⁴). Encontrava-se, assim, fragilizada a unidade da Oposição em face daquele que já então se perfilava como o primeiro problema nacional.

A intervenção nas "eleições" para deputados de 7 de Novembro de 1965 sofrera essa forte limitação. Quem comanda o processo é o Directorio Democrato-Social, sendo Mário Soares (que já se destacara com a ASP no ano anterior, como se disse, e que era, ao mesmo tempo, com Raul Rego, secretário de Lisboa do Directorio da ADS) um dos principais intervenientes tanto na composição das listas (é ele, por exemplo, quem convida dois elementos da "Seara Nova", Sottomayor Cardia e Medeiros Ferreira) como nas declarações públicas (saliente-se a de 14 de Outubro em que venceu a falta de organização do sector oposicionista). Por tudo isso — além das razões justamente alegadas de não terem sido dadas garantias de regularidade do acto eleitoral — se compreendia a resolução tomada em reunião dos candidatos de a Oposição não desenvolver sequer campanha eleitoral. Mais uma vez a questão do aproveitamento da campanha foi motivo de acesa controvérsia: definia as diferentes estratégias dos que queriam aproveitar essa magra oportunidade para fazer agitação e mobilização interna e dos que tinham em conta, sobretudo, o efeito da denúncia internacional da falta de condições democráticas no País. Nessas "eleições" a Oposição limitou-se, pois, a divulgar um "Manifesto ao País" acusando a fraude eleitoral do Governo³⁵).

(^M) Mesmo no campo republicano e socialista os dissídios são muito fortes, tendo rebentado com particular azedume entre Mário de Azevedo Gomes (que em nome do Directorio da Acção Democrato-Social dirigira uma carta a Salazar sobre a questão colonial em 13-4-1964) e Cunha Leal (que defendia uma posição muito mais moderada). Mostrava-se insuficiente, pois, a fórmula neocolonialista que esse campo havia acordado no "Programa para a Democratização da República".

³⁵) Os candidatos da Oposição pelo círculo de Lisboa (representando os candidatos democráticos por outros círculos), entregaram em 14 de Outubro

Para a Oposição, o efeito político mais importante destas "eleições" de 1965 foi terem dado oportunidade de se levantarem os católicos "progressistas" (como viriam a ser denominados até ao 25 de Abril) numa posição pública de afrontamento do regime com dimensão que nunca até aí se vira. O agravamento da questão colonial contribuiu decisivamente para isso.

Nem sequer em 1958, quando das escandalosas "eleições" de Humberto Delgado, haviam reagido: debatendo-se embora com graves problemas de consciência, foi neles dominante a preocupação de não entrar em conflito com a hierarquia da Igreja⁽³⁶⁾. O seu silêncio tomava-se, porém, dificilmente sustentável, sendo certo que lhes era pedida uma neutralidade que a hierarquia da Igreja continuava a não manter. Além de que se agravavam comportamentos do regime (prisões e torturas, guerra colonial, censura, etc.) que saíam já do foro estritamente "político" para tocar no domínio "moral". Foi assim que, na sequência das "eleições" de 1958, algumas individualidades católicas começaram a desenvolver esforços no sentido de formar organizações próprias, com posições muito prudentes e procurando manter-se afastadas dos restantes sectores da Oposição, em especial dos comunistas, contra os quais mantinham fortes preconceitos. Logo após essas "eleições", a primeira tomada de posição pública: um grupo de 28 católicos manifesta ao jornal officioso da Igreja *Novidades* desgosto pelo apoio que esse órgão prestara ao candidato do regime (entre os signatários, Francisco Pereira de Moura, Rogério Martins, João Salgueiro). Depois, um grupo de 43 católicos divulga uma reflexão sobre "As relações entre a Igreja e o Estado e as liberdades dos católicos" e um outro grupo de 45 católicos,

uma exposição ao Presidente da República exigindo, como condições para participarem nas "eleições", a suspensão imediata da Censura e a fiscalização das assembleias de voto por delegados da Oposição. Como a resposta não tivesse sido dada nos três dias seguintes previstos, a Oposição negou-se a participar na campanha. Alguns, a esta distância, terão visto nesta e outras representações ao Presidente da República manifestações de subserviência perante o poder salazarista. É preciso ver que se tratava de uma hábil tática, pois, ao dirigirmo-nos ao supremo magistrado que tinha constitucionalmente o direito de demitir o Chefe do Governo se estava a subalternizar este e, ao mesmo tempo que se mostrava estarem esgotadas as vias legais, justificava-se o protesto público. Só assim, os católicos e outras correntes hesitantes e recuadas poderiam vir a colaborar, como aconteceu.

(“) O caso do dirigente católico Francisco Lino Neto como apoiante de Delgado foi, pode dizer-se, isolado.

entre os quais seis padres, expunha a Salazar a gravíssima inquietação que, como homens e como cristãos, lhes causavam os métodos da PIDE⁽³⁷⁾. Passando à intervenção política directa, logo em Março de 1959 fora decisiva a participação de católicos (sobretudo da JOC) na "revolta da Sé". Passaram depois a ampliar e diversificar as suas frentes de intervenção política regular, quer nas Juntas da Acção Patriótica, onde, como referimos, tiveram presença relevante (alguns, mesmo, tendo sido presos quando da vaga repressiva que as atingiu em 1962-1963), quer na revista *O Tempo e o Modo* ou na PRAGMA ("Cooperativa de difusão cultural e acção comunitária"), fundada em 1964 por inspiração da encíclica *Pacem in Terris*, do ano anterior, e encerrada pela polícia em 1968. Ao mesmo tempo que organizações tradicionais, como as Juventudes Católicas (Escolar e Operária), começaram a manifestar algumas posições críticas face ao regime.

Estava lançado um movimento que se iria avolumar até ao 25 de Abril⁽³⁸⁾. Agora, porém, corria cada vez menos o risco de cortar com a Igreja-instituição, visto que desta saíam, também, com crescente frequência, encorajadores sinais de rebeldia. Fora, em primeiro lugar, a corajosa carta a Salazar do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes (1958), bem como as atitudes tomadas por um número cada vez maior de clérigos: padres Abel Varzim, Joaquim Alves Correia, Mário Oliveira de Macieira da Lixa, Adriano Silva Botelho, Alberto Neto, Felicidade Alves, Abílio Cardoso, Bento Domingos, Luís de França, bispo de Nampula... Não menos encorajadoras eram as palavras que vinham da doutrina pontifícia, "elemento indispensável e essencial a ter em conta no momento das opções políticas": evocavam-se passagens da tão longínqua mensagem de Pio XII no Natal de 1944 (sobre a defesa dos direitos do homem), das encíclicas de João XXIII (*Pacem in Terris* e *Mater et Magistra*), das mensagens de Paulo VI (discurso na ONU, no XV Congresso Internacional da Imprensa Periodica, aos estudantes católicos italianos ou a sua mensagem do Natal de 1964 que em Portugal teve largas passagens cortadas pela Censura) ou o conteúdo do

⁽³⁷⁾ Por isso, sofreram um processo-crime, de que depois foram amnistiados, embora muitos deles continuassem a ser perseguidos.

⁽³⁸⁾ Além das referidas iniciativas, muitas outras, como a edição portuguesa da revista *Concilium*, o Centro Cultural de Cinema, os cadernos GEDOC, o Movimento de Renovação da Arte Religiosa, Movimento Justiça e Paz (que desencadearia em 1 de Janeiro de 1973 a acção anti-colonial conhecida por "vigília da capela do Rato") e o seu "Boletim Anti-Colonial".

Concílio Vaticano II em 1965 e intervenções críticas nele produzidas (como a do bispo da Beira). Além de que o fundamento teórico da acção política vinha da revista *Esprit* com Mounier considerando a não inevitabilidade da separação entre uma filosofia essencial da existência e uma filosofia de transformação revolucionária da sociedade.

Tudo conduzindo a que, quando das "eleições" de 1965, de que estávamos tratando, os católicos progressistas tivessem tomado pela primeira vez uma posição pública colectiva ao lado da oposição democrática, em apoio do referido manifesto desta, com o documento conhecido por "Manifesto dos 101" (4-II-1965)⁽³⁹⁾.

O efeito político deste movimento católico, que no final da década assumirá formas ainda mais avançadas, não poderá ser avaliado pelo resultado prático das acções que desenvolveu. Aí, situava-se com frequência numa linha ingénuo, utópico-romântica, eivada de forte esquerdismo e, por tudo isso, com uma considerável ineficácia. O seu efeito maior era pelo simbolismo que continha, ao passar de suporte que sempre havia sido do regime para seu opositor, o que constituía, sem dúvida, uma das mais expressivas provas da diminuição da base de apoio do Estado Novo.

³⁹⁾ Justificavam-no porque "é um escândalo, pelo qual todos nós, católicos portugueses, teremos um dia de prestar contas que, ao longo dos quarenta anos, o nome de Cristo tenha sido invocado para servir de capa a um nacionalismo exacerbado e a atitudes totalitárias que devem repugnar a uma consciência cristã. É um escândalo que muitos católicos tenham negado a Cristo crucificado no pobre e no perseguido, para servirem aqueles mesmos que os oprimem e perseguem [...] "Os signatários deste documento intervêm porque têm perfeita consciência de que o silêncio seria a continuação daquele escândalo". Deve reconhecer-se que esta primeira adesão pública de um número considerável de figuras católicas representativas à oposição democrática — facto, sem dúvida, de grande significado político — foi facilitada pelo facto de o PCP estar praticamente ausente da direcção do processo "eleitoral" de 1965 e ter sido Mário Soares quem tomara mais a iniciativa dos contactos, estando ele longe então de poder ser conotado com os comunistas. Não estava ainda apagado da memória o vigor com que Pio XII condenara a aliança entre católicos e marxistas, em França, nos anos 50. Entre os subscritores desse Manifesto de 1965, que constitui a mais aprofundada posição pública contra o regime até aí tomada pelos católicos, figuram António Alçada Baptista, Gonçalo Ribeiro Teles, Helena Cidade Moura e Vítor Wengorovius.

5 A rampa final

A importância política das "eleições" de 1965 esteve muito além, como se viu, da necessária resposta da Oposição ao nível das dificuldades com que o regime se debatia. Foi um momento de refluxo no processo que vinha a desenvolver-se desde o início da década. É então ainda mais acentuado o descaso entre o plano da inquietação e insatisfação pública, que não deixara de crescer, e a capacidade de a Oposição lhe dar adequadas formulação e organização políticas. Para tal contribuíram, como referimos, vários factores: desde o desmantelamento, pela repressão, das Juntas de Acção Patriótica e as dissensões nos órgãos de direcção no exílio, somadas ao assassinato de Humberto Delgado pela PIDE, de que resultou um vazio ainda mais acentuado na direcção unitária da oposição interna, às divisões sobre o problema colonial. Além de que o PCP se recompunha dificilmente da forte repressão que o atingira pouco antes e era algo perturbado com o radicalismo que atravessava uma parte da sua organização e que a direcção dificilmente continha; ao passo que, ao nível da oposição mais moderada, a perda de influência dos velhos dirigentes republicanos ainda não podia ser compensada com a influência da corrente socialista, incipientemente organizada na ASP, e que, embora buscando espaço autónomo, não deixava ainda, por falta de forças próprias, de arrimar-se àqueles.

Assim, seria só em 1969 que se retomaria, e com maior ímpeto, o processo iniciado no princípio dos anos 60.

Desde o primeiro passo, muito cedo, para preparar as "eleições" legislativas, com a Comissão Promotora de Voto (publicitada em Janeiro de 1969, mas preparada desde Setembro anterior), era visível a grande diferença na composição da unidade democrática. Nela estava já quase ausente a Acção Democrato-Social (apenas Luís Dias Amado, na qualidade de dirigente da Liga Portuguesa dos Direitos do Homem); e, além de elementos da área comunista e socialista, muitos jovens ainda estudantes ou saídos das crises académicas desde 1962, com relevo para os católicos; estes, assim, no seguimento das posições políticas tomadas em 1965, pela primeira vez se integravam em organizações públicas com outras forças da Oposição⁴⁰).

⁴⁰) Os tempos eram outros, como se viu, tanto quanto a alguns sinais de rebeldia do clero nacional como a alguns aspectos da mensagem pontifícia.

A iniciativa política deixara, obviamente, de pertencer à área republicana tradicional. E foi já em posição apagada ou meramente honorífica que esteve presente na primeira grande iniciativa pública da oposição pós-Salazar que foi o II Congresso Republicano (Aveiro, 15-17 de Maio de 1969)⁽⁴¹⁾.

A verdade é que o formidável impulso de entusiasmo e esperança desencadeado pela morte política de Salazar no campo oposicionista não encontra, mais uma vez, este preparado quanto a organização e programa unitários para dar uma resposta pronta. Significativamente, aquele Congresso fez bons diagnósticos da realidade portuguesa e até boas propostas sectoriais, mas não avançou numa plataforma de entendimento quanto a perspectiva política global⁽⁴²⁾. Esse vazio iria tentar colmatar-se um mês depois.

Com efeito, a reunião plenária de S. Pedro de Muel (15 de Junho) lançaria linhas inovadoras tanto do ponto de vista organizativo como programático, contidas na denominada Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática⁽⁴³⁾. * (*) (**)

Somava-se agora a atitude mais aberta do novo cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, e em geral a posição mais independente que a Igreja mantém face ao poder político. Lembre-se a declaração do Conselho Permanente da Conferência Episcopal da Metrópole, após reunião de 25 de Setembro de 1969, apenas aconselhando os fiéis a votar em consciência e advertindo de que ninguém (entenda-se, os que até aí haviam feito da instituição um instrumento de apoio do regime) deverá estranhar "que a Igreja peça aos seus padres, através dos quais ela é vista e aparecida, uma actuação nesta hora que traduza a sua própria independência e isenção políticas, aliás necessárias à sua melhor forma de servir o bem do povo". Veja-se também, por exemplo, o documento da Acção Católica Portuguesa publicado no n.º 395 de Agosto de 1969 do seu boletim sobre o direito à informação, em que defende a liberdade, denunciando as restrições impostas pelo regime.

(*) Foi secretário do Congresso Álvaro Seiça Neves, prestigiado democrata aveirense, que após o 25 de Abril seria dirigente do MDP/CDE.

(**) As palavras de encerramento do Congresso, por Rodrigues Lapa, são nesse sentido elucidativas: as teses apresentadas constituíam "elementos de informação para um futuro governo democrático", mas não era um programa alternativo de governo.

⁽⁴³⁾ Promovida pela Comissão Eleitoral Democrática do distrito de Leiria e sob a presidência de Vasco da Gama Fernandes, participaram na reunião mais de uma centena de delegados e observadores de todos os distritos do continente e regiões autónomas, com excepção de Bragança. Participei integrado na delegação do distrito de Lisboa, ao lado de Francisco Pereira de Moura,

A organização, funcionamento e direcção unitárias que passaram a ser adoptadas em geral pelas forças oposicionistas concretizavam a ruptura com os modelos tradicionais. Consagrava-se o princípio da liberdade de decisão das comissões distritais (por corresponderem aos círculos eleitorais), de que saíam uma comissão coordenadora e frequentes encontros de coordenação nacional. Queria-se, com isto, abolir a habitual direcção nacional fixa e permanente, para fomentar um processo de baixo para cima, com envolvimento e participação responsável do maior número possível de democratas. O espírito acabaria por estender-se à utilização de métodos electivos para escolha das comissões e candidatos distritais. Estas normas não mais seriam abandonadas até ao 25 de Abril, reconhecendo-se como imprimiam uma maior dinâmica e amplitude à mobilização dos cidadãos⁴⁴). Com

Sottomayor Cardia, entre outros, na defesa de uma linha programática e organizativa que acabaria por ser adoptada generalizadamente pelas CDE do País.

⁴⁴) Em tomo desta questão levantar-se-ia um dos mais ásperos motivos de dissídio entre a CDE e a CEUD em Lisboa e no Porto que levaria à apresentação de listas de candidatos diferentes nesses dois distritos. Defendia a CEUD uma forma que, tendo ainda muito a ver com a tradicional, fazia assentar nas cúpulas as mais importantes decisões políticas (escolha de candidatos, cabendo apenas a estes a responsabilidade da campanha, um trânsito predominante ou exclusivo de cima para baixo); defendia a CDE, ao contrário, "um trabalho de alargamento da base e participação com poder deliberativo dos democratas organizados em comissões", perante os quais as direcções e os candidatos, por eles eleitos, seriam responsáveis, como mandatários. Era esta uma prática nova, em boa parte inspirada no sentido e características que a luta estudantil havia tido desde 1962 e no espírito do Maio de 68; reconhecia estarem em boa parte esgotados os métodos de actuação dos tradicionais dirigentes republicanos e socialistas e que perante as novas condições políticas pós-Salazar era indispensável uma mais ampla mobilização e responsabilização dos cidadãos. A invulgar amplitude e solidez organizativa da campanha da CDE, traduzida até nos resultados eleitorais, confirmaram ser este, então, o meio mais eficaz de organizar os democratas contra o regime (lembre-se que, em Lisboa, que era a grande distância o palco mais aceso da luta política, a CDE alcançou 18,5% dos votos, ao passo que a CEUD, que tinha em Mário Soares a sua principal figura, apenas obteve 5,2%). Deverá reconhecer-se quanto o êxito desta estratégia se ficou a dever a personalidades católicas, com destaque para Francisco Pereira de Moura, Nuno Teotónio Pereira e Lindley Cintra, a ex-dirigentes estudantis, como Jorge Sampaio, José Manuel Galvão Teles e Joaquim Mestre, bem como à brilhante inteligência política de Pedro

o mesmo sentido se inscrevia a decisão da necessidade de "sólida União de todos os democratas e oposicionistas, *sem qualquer discriminação*", devendo sempre visar-se a "participação política das mais amplas camadas do povo português". Além de que se superava definitivamente a velha polémica sobre o aproveitamento das eleições pela Oposição ou o aproveitamento pelo regime da participação eleitoral da Oposição: todos os distritos deviam aceitar "o princípio da participação no próximo acto eleitoral, incluindo a votação"⁽⁴⁵⁾.

Do ponto de vista programático, dois grandes temas irão dominar, até 1973, a polémica no campo oposicionista: o problema colonial e a questão dos monopólios/democracia.

Sobre o primeiro há convergência de posições entre republicanos históricos e monárquicos: Acção Democrato-Social ("defesa legítima do património nacional, incluindo a do Ultramar", jornais 2-10-1969), "Terceira Força" (repudiando "os direitos dos povos à auto-determinação", exigia "como condição basilar o reconhecimento da soberania portuguesa", jornais 19-9-1969) e Centro Eleitoral Monárquico ("Queremos conservar, e conservar unidas, num Estado unitário e soberano, as províncias portuguesas da Europa, da África e do Oriente", jornais 8-10-1969).

Opunham-se, assim, à fórmula que mereceu o consenso das restantes forças oposicionistas, incluindo socialistas, na Plataforma de S. Pedro de Muel: "Resolução pacífica e política das guerras do Ultramar, na base do reconhecimento dos direitos dos povos à autodeterminação, precedida de um amplo debate nacional". Embora esta fórmula, na verdade, ocultasse graus e concepções diferentes⁽⁴⁶⁾.

Ramos de Almeida, o funcionário clandestino do PCP encarregado de acompanhar a CDE de Lisboa. Lançaram-se para o futuro importantes organizações profissionais (que serão uma das principais bases da Inter-Sindical) e sociais, como o Movimento Democrático das Mulheres (a partir, entre outras, de Maria Helena Pato, Luisa Amorim, Isabel do Carmo, Helena Neves, Manuela Bernardino, Conceição Matos e Francisca Velez).

⁽⁴⁵⁾ Apenas defenderam a abstenção, como no passado, a Acção Democrato-Social, num comunicado subscrito à cabeça por Cunha Leal, Luís Dias Amado, Acácio Gouveia e Nuno Rodrigues dos Santos (jornais de 2-10-1969) e a "Terceira Força", defensora de uma corrente republicano-cooperativista, inspirada em António Sérgio (jornais de 19-9-1969). Tal posição consumou a marginalização política destas forças, a culminar o processo acelerado, como se disse, após 1960-1961.

⁽⁴⁶⁾ Vejam-se, por exemplo, os programas eleitorais da CDE e da CEUD de

Sobre a questão dos monopólios/democracia também se mostrou impossível um consenso aprofundado, por tal tendo sido adoptada a fórmula vaga da Plataforma: "Combate ao monopolismo e à dominação do capital estrangeiro".

As posições da CEUD e da CDE de Lisboa, como expressão de duas correntes significativas, divergiam profundamente: defendia a primeira que a institucionalização da democracia seria a primeira condição para que "os interesses privados de grupos" deixassem de continuar "a controlar o centro de decisões da política económica"; ao passo que a CDE afirmava, inversamente, que sem a cessação dos grandes grupos económicos (financeiros, industriais e agrários) em que o regime assentava não era possível estabelecer uma autêntica democracia. De que decorriam, naturalmente, duas estratégias políticas diferentes.

A expectativa com que Marcelo Caetano fora encarado era questão de fundo em que radicavam muitas destas divergências da Oposição.

Para muitos, a ilusão — que fora crescendo ao longo da segunda metade da década de 60 — de que a queda de Salazar significaria a queda do regime. Ou, ao menos, a esperança de que o desenvolvimento "europeizante" prometido pelo novo chefe do Governo acabaria por provocar uma necessária evolução para a democracia, marginalizando os interesses parasitários e imobilizantes que sobreviviam à custa das benesses do regime. Muito generalizada, alastrando a quase todos os

Lisboa. A primeira, definia assim a sua posição sobre "O problema das colónias": Reconhecendo-se o direito dos povos à autodeterminação, defendia-se solução política do problema africano com a abertura de negociações com os legítimos representantes dos movimentos insurreccionais e não com quaisquer grupos "fantoques"; ao passo que a CEUD denominava significativamente "problema ultramarino" e "províncias africanas" e, embora reconhecendo o direito à autodeterminação dos povos, defendia (excepto para a Guiné) uma "autonomia progressiva". Esta posição da CEUD reflectia, afinal, as posições recuadas que a corrente socialista havia tido sobre o problema ao longo da década de 60 (veja-se, por exemplo, Mário Soares, "Projecto de Exposição ao Presidente da República a propósito dos 40 anos do Estado Novo", 1966, in *Escritos Políticos*). Só em 1973 o Partido Socialista, recentemente formado, afirmaria uma posição "radicalmente anti-colonialista" e pelo "direito à autodeterminação" e à "independência completa e imediata dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique" (comunicado conjunto PCP/PS em Setembro de 1973).

campos oposicionistas, tal ilusão encontrou particular acolhimento na corrente socialista⁽⁴⁷⁾. A esperança de que pudesse vir a ser reconhecida como oposição legal, aconselhava-a a não assustar muito as hostes do regime ou descolar dos liberais: nem com uma posição demasiado radical sobre o problema colonial, nem com o ataque prioritário aos monopólios e grandes potentados económicos, nem com qualquer aproximação ao PCP (que era a maior força da CDE), nem com amplas e intensas movimentações populares e agitação social.

Ao longo do ano de 1969 foram-se acumulando, porém, para toda a Oposição, os indícios de que as intenções liberalizadoras eram insignificativas. Logo em Janeiro havia sido proibida a Comissão Promotora de Voto, ao contrário da tolerância com que, mesmo no passado, o regime chegara a permitir iniciativas semelhantes. Depois, foram as Comissões Democráticas Eleitorais consideradas ilícitas pelo Ministério do Interior. Sucederam-se as perseguições, ameaças, intimidações, restrições e, durante a campanha "eleitoral" (30 de Setembro a 26 de Outubro), assaltos a sedes de candidatura, detenções e espancamentos de candidatos, de que foram igualmente vítimas a CDE e a CEUD(«).

Após a campanha, ainda mais se agravou a vigilância, intimidação e repressão sobre qualquer manifestação pública da Oposição, mesmo de carácter meramente cívico⁽⁴⁹⁾.

⁽⁴⁷⁾ Chamou à manobra pseudo-liberalizante de Marcelo Caetano "um raio de luz" que "abre um horizonte cheio de esperança para o nosso povo" (*Portugal Socialista*, Outubro 1968), aplaudindo o "clima novo, de renovação e de esperança"(14 *Nação*, Dezembro 1968). Entre outras iniciativas, desenvolve nesse sentido contactos com a direcção da Acção Nacional Popular (Melo e Castro), após a vinda de Mário Soares do exílio dirigindo uma exposição a Marcelo Caetano, subscrita por alguns oposicionistas de relevo na vida política e intelectual portuguesa, em que procurava mostrar a vantagem de ser reconhecida uma Oposição legal, de que afastava o campo comunista por não representar então — no seu entender — qualquer peso político.

⁽⁴⁸⁾ Cheguei a ser chamado ao governador civil de Lisboa, Afonso Marchueta, que proibiu a abordagem da questão colonial nas sessões da CDE, o que, a não ser cumprido, provocaria interrupção das sessões e acções punitivas pelas autoridades presentes. Encarregado nessa campanha precisamente da questão colonial, eu era sempre, por isso, o último a falar, rodeado por um cordão de segurança, seguindo-se geralmente cenas de brutalidade policial (muitas vezes sob o comando do capitão Maltês), como sucedeu logo na sessão inaugural, na Sociedade Nacional de Belas Artes, sobre milhares de pessoas.

⁽⁴⁹⁾ Foi o caso, por exemplo, do grande aparato policial que rodeou o fu-

Era muito reduzida, quase nula, como no passado salazarista, a margem legal de actuação da Oposição, proibidas que tinham sido logo após as "eleições" as comissões distritais. Procura-se, então, algum espaço de intervenção no domínio cultural, tendo como suporte as cooperativas já existentes e outras que se fundam. Assim foi possível intervir, com relativo êxito, durante o ano de 1970, tendo especial relevo a Cooperativa Devir, fundada pela CDE, e a Cooperativa de Estudos e Documentação, criada pela CEUD.

No ano seguinte, porém, entra-se no que podemos designar a segunda fase da governação marcelista. Falhara o seu plano de alargar a base política do regime tanto através da transformação da velha União Nacional em Acção Nacional Popular (continuando como partido único), como da corrente liberal, que aceitara tentar reformar o regime por dentro, mas mostrava já o seu desencanto em declarações na Assembleia Nacional e em afastamentos do Governo. Como fracassara, também, o seu projecto de alargamento do suporte social, que se estreitava, crescendo a contestação em mais diversificados sectores. Marcelo Caetano era já então um homem só, preso cada vez mais dos ultras do regime. A segurança, o combate à "subversão" social e política passaram a ser preocupações dominantes do Governo. Na sua incapacidade de dar resposta às dificuldades crescentes de ordem política, económico-financeira, social, o regime estreitava cada vez mais a sua margem de manobra, abandonando definitivamente o projecto de um modelo de desenvolvimento "europeu", naturalmente inconciliável com o autoritarismo crescente. A debilitação do Estado e a fragmentação do Poder (sem alternativa sólida dentro do regime), em face da crescente contestação social, traduziram-se, como seria inevitável, num agravamento repressivo. Os anos de 1972 e 1973 vão assistir a acontecimentos muito graves, com uma densidade e intensidade raramente igualadas mesmo no governo salazarista.

Uma das primeiras grandes medidas repressivas traduziu-se no decreto-lei 520/71 sobre o regime a que ficavam sujeitas as cooperativas e que deu a base legal para a grande ofensiva contra as cooperativas culturais: apreensões, buscas, intimidações, interrogatórios de dirigentes na PIDE e, por fim, o encerramento de quase todas⁽⁵⁰⁾.

neral de Alves Redol, logo após as "eleições", em Vila Franca de Xira, com ameaças de prisão sobre os oradores, entre os quais me encontrava.

O No despacho do Ministro do Interior de 12-10-1972, determinando a extinção da Devir (então com mais de 1500 sócios), justificava-se que "a sua

Ao mesmo tempo que, com a preocupação legal-formalista que sempre o caracterizou, quis o governo de Marcelo Caetano legitimar a Censura (agora denominada "Exame Prévio") com a resolução da Assembleia Nacional de 20-9-1971 que basearia o decreto-lei 150/72. O pretexto era a existência de subversão "nalgumas parcelas" do território nacional, sendo indispensável, segundo os próceres do regime, proteger a retaguarda. Nem sequer as intervenções dos deputados da "ala liberal" neste debate puderam ser publicadas na íntegra.

Entrara-se na rampa final. O alargamento da contestação singularizava-se, sobretudo, por duas importantes alterações qualitativas: abarcava novos sectores sociais e profissionais e apresentava um encadeamento, uma influência mútua que conduzia à formação de um clima geral de rebeldia social e política como não se vira desde o início da década de 60.

Por seu turno, a confrontação dos estudantes com o poder político atingia, em 1972 e 1973, os graus mais elevados de sempre⁽⁵¹⁾.

Havia sinais crescentes de violência que mostravam, de um lado, a impaciência de sectores cada vez mais vastos da população, do outro, o descontrolo repressivo das autoridades. Foi este clima exacerbado

actividade se tem revelado contrária à ordem social e, conseqüentemente, ofensiva do bem público". Extintas também a Vis, a Eudóxico, o Ateneu Cooperativo, a velha Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal (que fora tolerada mesmo nos piores anos do salazarismo), o Centro Popular Alves Redol, a Livripe, a Proelium e a Livrelco (cooperativa de estudantes). Das então fundadas apenas viu os seus estatutos aprovados a Cooperativa de Estudos e Documentação (como se disse fundada na sequência da CEUD), ainda hoje existente.

(^a) A escalada repressiva do Governo chegou à invasão, por diversas vezes, com tropas de choque e cães polícias, de estabelecimentos de ensino superior (Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e outras escolas) com espancamentos de alunos e professores, destruições e até assassinato (como foi o caso, no ISCEF, do estudante José Ribeiro dos Santos, em 12-10-1972). Pela primeira vez se vê a polícia atirar a matar sobre manifestações de estudantes (3-5-1973), ferindo muitos gravemente, quando protestavam publicamente contra os "vigilantes" (policías alcunhados de "gorilas") que o ministério havia colocado dentro das escolas superiores. Acabariam por ser encerradas as associações de estudantes do Técnico e de Económicas, como já tinham sido as de Ciências, Direito, Letras, Instituto Industrial, em Lisboa; a Comissão Pró-Associação de Medicina, no Porto; e a Associação Académica de Coimbra.

favorável à formação de organizações, sobretudo de estudantes, defensoras de linhas mais radicais e até de métodos violentos e de acção directa, a maior parte das quais hostilizava agressivamente o PCP, os socialistas e as organizações saídas de 1969⁽⁵²⁾.

Todo este quadro ganha maior profundidade política dado que, no meio laboral, se assistira, desde 1969, a vagas de greves e lutas reivindicativas dos trabalhadores em nível muito elevado, sobretudo no Alentejo, Ribatejo e centros industriais. As grandes greves da primeira metade de 1969 tiveram visível influência na dinâmica oposicionista que se desenvolveu nesse ano. Bem como, na fase final do regime (desde a primeira metade de 1973), as greves de operários e trabalhadores agrícolas, acompanhadas de grandes manifestações públicas contra o custo de vida e a guerra colonial promovidas pelo PCP no Porto e em Lisboa.

A maior sequência, articulação e unidade a que então se assiste das lutas dos trabalhadores deve-se já à influência da Inter-Sindical (fundada em 1-10-1970, em parte considerável na sequência dos grupos sócio-profissionais da CDE, como se disse), que rapidamente ganha elevado número de apoiantes (quando do 25 de Abril, apesar das condições de ilegalidade em que trabalhava, contava cerca de 500 000 associados nos sindicatos participantes).

O Governo, então, utiliza a emigração não apenas como fonte de divisas, como até aí, mas também como válvula de descompressão social⁽⁵³⁾. Ao mesmo tempo, lança uma grande ofensiva contra o mundo

⁽⁵²⁾ Entre as que atingiram maior influência, criadas entre 1970 e 1973, os Comités Comunistas Revolucionários (M-L), o Comité Marxista-Leninista de Portugal e o Partido Comunista de Portugal (M-L), a Esquerda Democrática Estudantil, a Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas (unida ao MRPP), União dos Estudantes Marxistas-Leninistas (ligada ao PCP M-L), a Liga de União e Acção Revolucionária (LUAR), o Movimento Popular Anti-Colonial (integrava os Comités de Luta Anti-Colonial — CLACS), Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), Comité Comunista de Portugal (que em 1973 deu origem à União Comunista M-L), Luta Comunista e Organização Comunista Marxista-Leninista de Portugal, Liga para a Construção do Partido Revolucionário, Grupos de Acção Comunista e Liga Comunista Internacionalista e Brigadas Revolucionárias (BR), depois ligadas ao Partido Revolucionário do Proletariado (PRP). Além da Acção Revolucionária Armada (ARA), ligada ao PCP.

⁽⁵³⁾ Só em França, os portugueses eram 70 000 em 1962 e 700 000 em 1971. Em 1973, para a Alemanha, a emigração duplicou (mais de 20 000). Globalmente,

laboral: ilegalizada a Inter-Sindical, encerrados sindicatos ou não homologadas direcções democraticamente eleitas, proibidas durante dois anos (desde 1970) as modificações nos contratos colectivos de trabalho, autorizado o pagamento de salários abaixo do fixado, grandes aumentos dos impostos indirectos (74% de 1970 para 1973), do imposto profissional (53% no mesmo período) e dos preços (19,2% em 1973).

Alcançava assim uma maior dimensão social a oposição política que vinha a desenvolver-se. A articulação e influência mútua que se estabelece entre os dois planos é um dos mais significativos sinais do nível elevado que attingia então a contestação ao regime.

Também o movimento contestatário católico vai crescendo, como se disse, sobretudo motivado pela guerra colonial, com algum apoio implícito ou explícito da hierarquia da Igreja. Ao mesmo tempo que nos círculos militares, mesmo entre os mais responsáveis, se agravavam as divergências sobre a questão colonial, sendo cada vez mais evidente a inviabilidade da saída militar.

Todo este quadro gerava na Oposição a fundada perspectiva de um fim não muito longínquo do regime. Além disso, recolhia-se o sentido essencial desta vasta movimentação social em tão variados sectores e níveis que era o de, simultaneamente, ter uma invulgar densidade política e uma evidente convergência de objectivos.

Crescia, assim, no movimento político que irrompeu em 1969 e que desde então nunca deixou de ter alguma articulação, a consciência da necessidade instantânea de uma base programática e de acção comum da Oposição. Para tal, havia agora condições mais favoráveis do que em 1969, desfeitas que estavam as ilusões sobre "a primavera marcelista" e sendo unânime a convicção de que só se atingiria a democracia pelo derrubamento do regime. Ainda chegavam os ecos de que algumas individualidades democráticas no estrangeiro não seriam muito favoráveis a um largo entendimento das forças oposicionistas, sobretudo se alargado ao sector comunista. Não era esse, porém, o pensamento generalizado dos democratas de diferentes correntes que participavam aqui na movimentação política e que tinham uma visão mais clara das prementes necessidades políticas do País⁵⁴).

de 1961 a 1973 houve cerca de 1,4 milhões de trabalhadores emigrados, dos quais se calcula que cerca de 1 /5 seriam refractários ao serviço militar.

(M) A partir de Setembro de 1973 essas dificuldades seriam amortecidas com o encontro, no estrangeiro, das direcções do PCP e do PS (que se formara em Maio anterior) de que saiu um comunicado conjunto.

A unidade oposicionista começou, assim, a ser concretizada logo em princípios de 1973 com a constituição de uma Comissão Democrática de Recenseamento (que afirmou publicamente a sua existência legal, independentemente de esta ser reconhecida ou não) integrada por centenas de democratas de todas as tendências e distritos. E no mesmo sentido se começou a trabalhar também desde os primeiros meses desse ano, tendo em conta a grande importância política que tal acordo revestiria se fosse aprovado como conclusão do 3º Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, 4 a 8 de Abril de 1973)⁽⁵⁵⁾

Com tal objectivo dominante, seria esse Congresso concebido de forma diferente dos anteriores. Não se reduziria a uma mera apresentação de teses pontuais ou sectoriais, nem sequer de um programa de governo⁽⁵⁶⁾. O novo sentido que se lhe imprimiu foi o de constituir uma proposta unitária da Oposição para uma alternativa de regime. Daí, o destaque das reflexões sobre o Estado e, sobretudo, pela primeira vez, se terem extraído "Conclusões", que apareceram como o mais importante resultado da reunião (1 dos 3 volumes das actas foi-lhes dedicado).

A "Declaração Final" do Congresso apontava como objectivos imediatos: o fim da guerra colonial, a luta contra o poder absoluto do capital monopolista e a conquista das liberdades democráticas. Significavam, pois, um avanço considerável relativamente às formulações de 1969, tanto mais que se sublinhava serem tais objectivos "possíveis de atingir através da acção unida das forças democráticas". O sentido político do Congresso ficou bem vincado na afirmação da "radical oposição entre o movimento democrático e o regime na análise e nas linhas de solução dos problemas fundamentais do País". De que resultava não bastar "a luta por objectivos parciais e imediatos", mas

⁽⁵⁵⁾ Devo prestar profunda homenagem ao socialista José Magalhães Godinho com quem, em parte, trabalhei na preparação unitária do Congresso, pela sua superior inteligência, grande abertura política sem preconceitos e exemplar humildade, que fizeram dele uma das grandes figuras da Democracia do nosso tempo.

⁽⁵⁶⁾ Foi esta reunião uma grande demonstração de vitalidade e esperança da Oposição, com uma Comissão Nacional de 50 membros, cerca de 200 teses apresentadas e à volta de 2000 participantes. Apesar de a cidade de Aveiro ter estado praticamente "cercada" pelas forças policiais, que no último dia fizeram uma violenta carga sobre os congressistas, causando muitos feridos, quando da romagem à campa de Mário Sacramento.

pela transformação global do regime, no sentido da "conquista do socialismo" [leia-se, em formulações seguintes "democracia avançada"], o qual é indispensável para a construção de uma sociedade justa e digna".

Eram lançadas, assim, as bases políticas para uma sólida unidade das forças oposicionistas nas próximas eleições legislativas de Outubro e, também, dado um importante contributo — que não tinha sido reconhecido — para a coesão e o ideário dos jovens militares que farão o 25 de Abril⁽⁵⁷⁾.

Pela primeira vez — o que aparece contrastante relativamente aos três outros grandes momentos que foram o final da guerra, 1958 e 1969 — estavam reunidas quatro condições fundamentais:

1. Escassíssima margem de manobra do regime e exiguidade da sua base social e política, de que resultava manifesta incapacidade para encontrar soluções eficazes face à gravidade crescente dos problemas nacionais. Ao mesmo tempo que se reconhecia a inviabilidade de uma via reformista, através da transformação interna do regime.
2. As lutas sociais não aparecem desgarradas e isoladas em parciais e imediatas motivações, mas apresentam alguma articulação através do sentido político que alcançam, influenciando-se mutuamente num clima de contestação generalizada. O papel da Inter-Sindical é, nesta perspectiva, muito importante.
3. Este quadro social-político é um dos principais responsáveis por que as forças democráticas tenham a consciência da premência da sua unidade, na base de uma plataforma política. Ao contrário das anteriores crises, pois, a Oposição apresenta-se politicamente coesa e com formas de organização que, embora flexíveis (na base das comissões distritais), são eficazes e credíveis.

⁽⁵⁷⁾ Ver minhas declarações no programa "Contradições" (RTP, 26-6-1992), transcritas por Manuel Amaro Bernardo (*Marcelo e Spínola, a Ruptura*) e citadas por José Manuel Barroso no artigo "O Congresso de Aveiro ao Poder" (*Diário de Notícias*, 26-4-1994, p. 2). Essa contribuição do Congresso de Aveiro aparece clara no primeiro projecto de programa do MFA enviado ao general Spínola uma semana antes da Revolução e que, embora formalmente alterado, é o que acabará por prevalecer.

4. As Forças Armadas estavam, em geral, descrentes da guerra colonial. E os jovens oficiais, motivados inicialmente por estreitos interesses corporativos, têm assim condições para se inserir no referido quadro social-político do País, impregnar-se do seu sentido político essencial e conseguir mais facilmente superar as suas divergências ideológicas devido à unidade conseguida pela Oposição.

Estas condições inteiramente novas eram favoráveis, pois, para que a acção militar não fosse mais um dos muitos fracassos que a resistência contra o Estado Novo registara, nem que se reduzisse a um simples golpe militar, mas transportasse um projecto de profunda transformação da sociedade portuguesa.

Conclusões

Destas breves reflexões — baseadas, como foi dito, em grande parte no que vivi ou directamente conheci — ressalta, antes de tudo, não uma visão linear e maniqueísta, reduzida ao antagonismo entre dois campos, mas quanto foram diversos os caminhos da unidade democrática nos últimos 30 anos do Estado Novo e complexos os processos de rejeição e entrosamento entre as linhas do Poder e da Oposição.

Viu-se que raramente as forças oposicionistas, fora do estímulo e da pequena abertura dos actos "eleitorais", conseguiram articular uma estratégia comum: a única excepção teria sido o MUNAF, sob a perspectiva da vitória sobre o nazi-fascismo, pois o MUD foi formado sob o impulso do pós-guerra e as eleições de 1945 e as plataformas de S. Pedro de Muel e de Aveiro com a perspectiva das eleições de 1969 e 1973, respectivamente; quanto à unidade das direcções no exílio foi, como se disse, precária e com débil ligação à luta no interior. As divergências, num nível teórico, quanto a projectos de sociedade, sobrepueram-se à perspectiva imediata de acordos sobre táctica política e formas de enlace organizativo, sobretudo a nível de direcção unitária, com vista a derrubar o regime. De que resultou, quase sempre, a incapacidade de a Oposição, no seu conjunto, dar respostas políticas globais adequadas ao grau de convulsões que tantas vezes abalaram a sociedade.

Na raiz desta situação está, a meu ver, a muito insuficiente inserção das organizações políticas no tecido social (com excepção do

PCP), de que resultava, na sua definição de objectivos programáticos, uma frágil assimilação e transmissão dos interesses concretos dos diferentes grupos sociais. O discurso dos dirigentes políticos oposicionistas moderados é óbvia expressão desse desajuste, por isso se esgotando normalmente nas questões das liberdades e dos direitos cívicos. Para estes — e, por tabela, para a generalidade das análises quando do 20º aniversário do 25 de Abril — faltava uma visão integrada do político no social, sendo aquele ou o privilegiado ou mesmo o exclusivo objecto do enfoque, gerando-se assim uma perspectiva de encadeamentos simples de causas e efeitos.

Essa desarticulação tinha a sua origem em baixo, na própria sociedade: não apresentavam os grupos sociais uma consciência suficientemente forte dos interesses próprios que lhes daria coesão interna e os impulsionaria naturalmente para a correspondente organização superior no plano político. Daqui resultava que ainda no pós-guerra, entre nós, numa linha tradicional que vinha desde o século XIX — e contrariamente ao que já então se verificava em mais avançados países europeus — apresentava maior consistência a heterogénea solidariedade vertical (através de líderes carismáticos, caciques, valores ideológicos comuns, em geral conservadores) do que a homogénea horizontal.

A situação ir-se-á modificando lentamente ao longo do período analisado, em consequência das consideráveis alterações económico-sociais que se verificaram após a guerra no nosso país e que se traduziram no crescimento do sector secundário (indústrias transformadoras e construção), diminuição dos activos agrícolas e aumento dos trabalhadores de serviços e do terciário em geral, num processo de crescimento anómalo que não eliminava — antes, até, nalguns aspectos agravava — o subdesenvolvimento social.

As correntes políticas oposicionistas tradicionais mostram crescentes dificuldades de dar resposta a estas novas condições. A republicana, porém, readquire alguma coesão e a sua mensagem alguma validade por oposição à ditadura pessoal de Salazar, tendo a chancela carismática de figuras de grande dimensão moral identificadas com o regime de liberdade e democracia anterior. Só nos primeiros anos da década de 60 entrará em irreversível queda.

Faltaram, assim (excepção referida do PCP), organizações políticas que, radicadas na sociedade, fossem a expressão dos interesses de grupos ou camadas sociais coesos e homogéneos, assumindo, em correspondência, objectivos políticos autónomos. Só nessas condições

— como a história europeia mostrou com evidência na segunda metade do século XIX e primeira do XX — poderia haver clara consciência das convergências possíveis e das divergências inevitáveis que conduziriam a antagonismos frontais ou alianças táticas.

Por vezes, raramente, viu-se que as dinâmicas unitárias de baixo tiveram alguma influência nas convergências de topo (1958 teria sido um dos casos mais expressivos). Em geral, porém, as populações não conseguiram desencadear a luta a um nível superior, com suficiente diversificação, amplitude, insistência e determinação. Em 1972-1973 (a culminar um processo desde início da década de 60) é, porventura, quando se está mais próximo desse nível, mas, de qualquer modo, ainda muito longe das condições que poderiam conduzir ao levantamento nacional e generalizada insurreição armada. A estratégia de unidade oposicionista sob a direção do proletariado, defendida pelo PCP, era um modelo desajustado da realidade nacional, sendo, além disso, origem de dificuldades no relacionamento daquele partido com as outras forças políticas, que não aceitavam esse papel de vanguarda⁽⁵⁸⁾.

A importação de modelos (de sociedade, de vias de transformação) pelas várias correntes da Oposição (como se veria ainda com maior evidência após o 25 de Abril), seria uma expressiva demonstração da incapacidade de as camadas sociais portuguesas construir a sua própria via e "modelo". Apar da profunda influência que sempre aqui tiveram as conjunturas políticas internacionais.

Essa debilidade das forças sociais internas estava subjacente quando a oposição moderada, com algum pendor sebastiânico, privilegiava três vias:

1. O "putsch", como ação militar isolada com eventual eco ou simpatia em círculos do Poder, isto é sendo desencadeado fora do regime, mas com eventuais apoios dentro dele;
2. A transformação do regime a partir de dentro, por força militar (por exemplo, golpe de Botelho Moniz) ou influência civil (por exemplo, no início do governo de Marcelo Caetano), conservando no essencial as estruturas económicas e sociais e contando eventualmente com apoios exteriores ao regime;

(⁵⁸) "Só o proletariado está em condições de promover a união de todas as classes e camadas anti-monopolistas, de lhes dar um espírito organizador e um impulso revolucionário", Álvaro Cunhal, *ob. cit.*, p. 142. "A política de unidade é, antes de tudo, a política de unidade da classe operária", *idem*, *Ação Revolucionária, Capitulação e Aventura*, Lisboa, Ed. Avante, 1994, p. 56

3. A esperança na influência das democracias dos países aliados (como aconteceu no pós guerra e nunca deixou de estar presente ao longo de todo este período).

Isso fazia que os "reformistas", sobretudo em períodos de alguma abertura do regime, acabassem por desempenhar um papel de charneira, de uma importância que não correspondia ao seu real peso político e ainda menos social.

Ao contrário, a oposição de esquerda — que também, por vezes, não deixaria de ser seduzida por qualquer destas vias — atendia predominantemente, na linha da sua estratégia, ao esclarecimento e mobilização da população. Daí, a polémica que antes de 1969 se desenvolveu entre as diversas correntes da Oposição sobre o melhor aproveitamento político das campanhas "eleitorais": se para denunciar, sobretudo no estrangeiro, a falta de condições democráticas em Portugal, o que implicava desistir logo de início; se para aproveitar essa pequena abertura com o fim de agitar a população, fazendo dela um agente indispensável da mudança⁽⁵⁹⁾.

Estratégias diferentes que derivavam, também, como vimos, de diversas concepções sobre o papel da população nos processos de transformação: se ele se reduzia, quase só, ao de aclamação e legitimação de um poder constituído à sua margem (coincidente, no nosso país, com o conceito burguês conservador desde 1808) ou se serviria para acorrer a uma acção desestabilizadora de um grupo isolado ou se, diferentemente, era interveniente no decurso e na direcção do processo.

Esta última concepção — constante em desenvolvimentos revolucionários europeus desde o final do século XVIII — pressupunha

(w) Vejam-se, entre tantos outros exemplos, a exposição ao Chefe do Estado, em 1957, em que os candidatos oposicionistas, justificando a sua não concorrência às eleições, afirmam não querer colaborar "num arremedo de acto eleitoral que pode, apenas, destinar-se a iludir a Organização das Nações Unidas, porque a Nação Portuguesa, essa, conhece bem o "processo" e, por isso, na sua maior parte, lhe vota desinteresse total", *Eleições Legislativas. Subsídios para a história da vida portuguesa (1945-1973)*, Lisboa, Ed. Delfos, 1973, p. 75; ou, em 1965, o manifesto em que a Oposição fundamenta não concorrer às "eleições" para não "avalizar com a sua presença um arremedo de eleições", *idem*, p. 109. Na mesma linha, pois, do que afirmara o Prof. Barbosa de Magalhães, presidindo à sessão em Outubro de 1945 de criação do MUD, ao marcar a diferença entre os "agitadores" e os que queriam fazer "uma revolução legal e ordeira no sistema da política interna", *idem* pp. 9-10 (o que não era, no entanto, um conceito prevalecente no MUD).

sistemas de alianças diversos entre os assalariados e os pequenos e médios possidentes de formação liberal, num jogo permanente de avanços e de recuos. Nestas múltiplas alianças, mais ou menos instáveis, acabavam também por envolver-se, de uma ou outra forma, esferas de Poder (político ou social), interessadas em processos de modernização do regime sem mudança de comandos essenciais do sistema. O que nos levaria (num outro plano, exigindo um desenvolvimento próprio) à análise das linhas paralelas de Poder nos regimes autoritários e do entrosamento das suas linhas mais liberais ou modernizantes com as oposições.

Reiniciáramos, assim, a reflexão nurrria outra perspectiva